



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE		
EVENTO: Audiência pública	Nº: 0408/13	DATA: 24/04/2013
INÍCIO: 11h32min	TÉRMINO: 13h48min	DURAÇÃO: 02h16min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 02h16min	PÁGINAS: 57	QUARTOS: 35

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

JOSÉ HILÁRIO PORTES — Superintendente de Operação e Manutenção de Rede da Light S.A.
EDUARDO CAMILO — Superintendente de Relações Institucionais e Ouvidoria da Light S.A.
JANAÍNA SAVINO VILLELA — Diretora de Relações Institucionais e Comunicação da Ampla Energia e Serviços S/A.
FÁBIO FONSECA — Representante da área técnica da Ampla Energia e Serviços S/A.
JOSÉ MOISÉS MACHADO DA SILVA — Superintendente de Fiscalização dos Serviços de Eletricidade da ANEEL.

SUMÁRIO: Discussão sobre os graves problemas que têm obstruído o regular fornecimento de energia elétrica no Estado do Rio de Janeiro.

OBSERVAÇÕES

Há oradores não identificados.
Há palavras ou expressões ininteligíveis.
Houve exibição de imagens.
Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis e ininteligíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) - Sob a proteção de Deus e nome do povo brasileiro, declaro abertos os trabalhos desta reunião de audiência pública, aprovada pelo Requerimento nº 415, de 2013, do Deputado Edson Santos.

Esta reunião destina-se a debater os graves problemas que têm obstruído o regular fornecimento de energia elétrica no Estado do Rio de Janeiro.

Convidamos a compor a Mesa o Sr. José Moisés Machado da Silva, Superintendente de Fiscalização dos Serviços de Eletricidade da ANEEL; o Sr. Eduardo Camilo, Superintendente de Relações Institucionais e Ouvidoria da Light S.A.; o Sr. José Hilário Portes, Superintendente de Operação e Manutenção de Rede da Light S.A.; o Sr. Fábio Fonseca, responsável pelas Operações e Qualidade do Fornecimento da Ampla Energia e Serviços S.A.; e a Sra. Janaina Vilela, responsável pela Comunicação Externa da Ampla Energia e Serviços Energia S.A.

Gostaria de registrar também a presença dos Srs. Guilherme Brasil Freitas, responsável pelas Relações Institucionais da Ampla Energia e Serviços S.A., e do Sr. José Nunes de Almeida Neto, Diretor Institucional e de Comunicação da Endesa Brasil. S.Sa. também está à disposição dos Srs. Deputados para questionamentos.

Como houve acordo, e gostaria que V.Sas. se sentissem em casa, à vontade, depois, dependendo das indagações dos nobres colegas Parlamentares, V.Sas. poderão também colaborar nas respostas, se assim entenderem. Sintam-se em casa.

Agradeço em nome de todos os Membros desta Comissão a presença de V.Sas., que prontamente receberam e aceitaram o convite para comparecer e prestar os esclarecimentos necessários nesta reunião.

Antes de iniciarmos as exposições, farei os seguintes esclarecimentos, de acordo com o Regimento Interno desta Casa, art.. 256.

O tempo reservado a cada convidado é de 20 minutos prorrogáveis, não podendo ser aparteado. Cada Deputado inscrito para interpelações poderá fazê-lo por 3 minutos. O convidado terá igual tempo para responder, facultadas réplicas e tréplicas no mesmo prazo.

Convidamos Sr. Eduardo Camilo, Superintendente de Relações Institucionais e Ouvidoria da Light S.A. a fazer uso da palavra. V.Sa. terá 15 minutos, lembrando



que estamos dando 15 minutos a cada expositor, uma vez que temos dois representantes da Light S.A.

O SR. EDUARDO CAMILO - Sr. Presidente, quem fará uso da palavra, para a apresentação da Light, será o Sr. José Hilário. Eu estou à disposição de todos para qualquer pergunta e esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) - Então o Sr. José Hilário terá 20 minutos para sua apresentação, prorrogáveis caso V.Sa. tenha interesse.

Tem a palavra o Sr. José Hilário.

O SR. JOSÉ HILÁRIO PORTES - Bom dia a todos.

Sr. Deputado Edinho Bez, Presidente da Comissão, Sr. Deputado Edson Santos, autor do requerimento, Sras. e Srs. Deputados presentes, clientes, colegas da ANEEL e da Ampla, é com o espírito do dever de uma concessionária de serviço público que estamos aqui atendendo às demandas dessa AP.

Preparamos um roteiro de uma apresentação que é como um eixo de referência apenas.

Nessa hora, os senhores são os nossos clientes, portanto vamos seguir esse roteiro, mas, depois dos apartes, poderemos fazer quaisquer outras abordagens que forem necessárias e oportunas para esgotarmos o requerimento.

Penso que podemos colocar a apresentação.

Enquanto aguardamos por alguns segundos a projeção, a Light está mobilizada para atender a todas as demandas que vem surgindo no Estado do Rio de Janeiro, num período bastante virtuoso de desenvolvimento. Desde o início dos seus trabalhos aqui, no Brasil, a Light se confunde com o desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro. Com esse espírito de participar ativamente do desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro, na sua área de concessão, é que ela pauta o seu trabalho, o seu serviço, a sua prestação do serviço público de distribuição.

(Segue-se exibição de imagens.)

Nós temos, na nossa área de concessão, 31 Municípios do Estado do Rio de Janeiro.

Apenas, rapidamente, uma visão bem geral da área de concessão. São 4 milhões de clientes e 10,7 milhões de habitantes atendidos nessa área.



O fornecimento de energia no Estado corresponde a 70% da área de concessão, 70% do Estado. Os demais 30% são da Ampla. Possui uma área geográfica de cerca 11 mil quilômetros quadrados, com regiões bastante distintas na área de concessão.

A área que está ali pautada de azul é o Vale do Paraíba, com uma característica de baixa densidade de clientes, mas com uma grande área geográfica e que felizmente também passa por um processo de grande desenvolvimento. Nós temos visitado os Municípios do Vale, que invariavelmente tem recebido indústrias, tem incrementado sua vocação turística. É uma região também bastante interessante da nossa área de concessão o Vale do Paraíba.

Temos também a área que nós chamamos de Grande Rio, que é a região oeste mais a Baixada Fluminense. Temos essa divisão geográfica de atuação, além de outra região que nós chamamos de metropolitana, que pega Centro, Barra e a região leste da cidade.

Em grandes números, não vou comentar todos, mas a nossa malha envolve desde linhas de transmissão de 138 mil volts até as redes urbanas de baixa tensão, atendendo diretamente aos clientes.

Apenas para deixar bem claro, para cada segmento de rede de alta, média e baixa tensão, a Light tem um planejamento como agente setorial, frente às autoridades do serviço público de fornecimento de energia elétrica, e também o seu planejamento de baixa e média tensão, que atende exclusivamente ao seu mercado.

São grandes números. Vou deixar, evidentemente, essa cópia com os senhores. Não vale a pena a gente ir a cada um desses números, mas apenas para perceber o tamanho do sistema. Ele é predominantemente aéreo com regiões de atendimento subterrâneo, mais concentrado na Zona Sul da cidade, mas também com alguns pontos na Baixada Fluminense, na Zona Oeste e na Zona Leste.

Quis trazer também aqui uma evolução de investimentos no sistema elétrico de 2006 a 2013, mostrando que, a partir de 2010, a Light vem experimentando, vem aplicando sucessivos aumentos de investimentos no sistema elétrico.

Eu dividi, de propósito, a transmissão, que são subestações e linhas de transmissão, e a distribuição, que está relacionada com a média tensão, redes mais



urbanas, propriamente dito, aquelas que são observadas pelo próprio cliente. Temos essa evolução bastante positiva.

É importante: nós temos um planejamento até 2020. Evidentemente, não coloquei isso aí, porque ele é atualizado anualmente. Fixei em 2013, mas nós temos um planejamento até 2020, para atender a esses recursos. Eu chego lá na frente e detalho um pouco mais propriamente esses investimentos.

Fazemos um planejamento anual, que é revisado a cada 4 meses com a tendência. Portanto, é um planejamento flexível, no sentido de direcionar os recursos, à medida que algum fato novo ocorra no sistema distribuidor.

Estamos com uma média de 500 a 600 milhões de reais/ano aplicados no sistema elétrico.

Aí, eu coloquei um pouco mais de detalhe: a construção de novas subestações, quer dizer, unidades novas de 138 para 13,8. Isso significa atender a novas cargas que surgem ao longo do tempo. Isso é positivo no Estado do Rio, quer dizer, há um crescimento positivo, há uma preocupação de colocar essas subestações, esses polos distribuidores geograficamente bem localizados.

Depois, para 2012 e 2013, chego a detalhar as obras que estão sendo executadas ou que já foram executadas em 2012.

O aumento da potência em subestações existentes. Também é feita uma análise bem particular das subestações existentes e é feito esse aumento de capacidade para atender às demandas que vêm surgindo.

Como nós aumentamos a potência, novos circuitos de transmissão são construídos também. Não adianta só construir um ativo fixo, ali, de subestação. Todos os sistemas de circuitos de transmissão são construídos também.

Implantação de sistema de automação também é uma ação estruturante, em que as subestações passam a ser automatizadas e, portanto, controladas e operadas remotamente, com tecnologias mais modernas.

A construção e ampliação de subestação de 25 kV, que são subestações de menor porte, localizadas no Vale do Paraíba, também é um segmento diferente do sistema distribuidor da Light.

Construção de circuitos de média tensão.



Esses números são bastante importantes. Esse é o alimentador, o que sai da subestação e chega até uma região onde a carga está crescendo. Ou seja, é como se você aumentasse as veias para circular energia. Esses circuitos de média tensão significam, diretamente, uma melhoria na flexibilidade e no atendimento às cargas. Eles vão buscar a carga objetivamente, onde ela está acontecendo. Esses circuitos têm merecido da Light uma atenção grande, mesmo nas subestações mais antigas. Onde não havia essas veias em quantidade suficiente, basta que você amplie o que a gente chama de cubículo blindado, e você cria mais uma artéria para chegar energia até aqueles clientes.

A substituição de transformadores — depois eu vou abordar isso um pouco mais — é o elemento de distribuição mais próximo do cliente, mais próximo das comunidades e que sente mais rápida e diretamente os pontuais aumentos de carga. A gente vai falar um pouquinho mais à frente sobre a questão dos transformadores, que são aquelas unidades visíveis nas ruas, são os pontos de maior sensibilidade, que recebem as cargas diretamente de uma determinada rua, bloco, avenida, ou seja, onde já está chegando bem próximo das cargas atendidas. Estamos vendo um significativo aumento de substituição desses transformadores. Vou mostrar um pouco lá na frente que uma boa parte desses transformadores se queima com o aumento repentino de determinadas cargas em determinadas regiões.

Aqui, não vou entrar em detalhes, mas eu gostaria de documentar, na verdade, o que recheia aqueles grandes valores em milhões de reais.

Eu tenho essa planilha desde 2006, mas seria exagerado e deselegante de nossa parte elencar as várias obras. Mas 2012 está muito próximo. Temos, nominadamente, o que a gente chama de obras discretas, ou seja, elas têm nome, endereço, personalidade própria e são auditáveis.

Separei na região da Baixada, na região oeste, na região metropolitana e no Vale. Vocês vão perceber que, na região oeste, há uma concentração um pouco maior, porque é lá que a gente está experimentando maior crescimento de carga naquela região. Também é para aquele eixo que os grandes eventos, como as Olimpíadas e tudo o mais, estão carreando. Essas obras não têm a ver com isso. Elas são para atendimento de cargas, construção de sistemas de subestações,



construção do sistema distribuidor, ampliação, detalhando um pouco aqueles números que a gente tem lá. Então, isso recheia lá.

Em 2013, de novo, V.Exas. podem ver que o oeste tem um volume maior desse tipo de projeto.

Aqui seria o seguinte: Os nossos grandes projetos, aqueles que passam um a um pela diretoria, ou seja, são muito valorizados. Eles têm um cronograma, eles são seguidos, eles estão no compromisso de gestão dos executivos que trabalham nessas obras. Quer dizer, eles são responsabilizados nominalmente pela execução dessas obras. Isto é fundamental. Também não adianta terminar uma subestação e deixar o circuito sem realizar, senão teremos uma subestação inerte, sendo que haveria necessidade dela. Então, todo o conjunto deve ficar pronto: a subestação e suas artérias. Quer dizer, há um compromisso de fazer isso: o sincronismo das obras. Aí eu já entro naquela questão: Por que tivemos desempenho não satisfatório nesse período, que é evidentemente o objeto da AP? Até setembro, nós estávamos numa situação bastante regular, vamos dizer, inclusive com indicadores de qualidade melhores do que em anos anteriores. A partir de outubro, nós começamos a ter fortes sinais de temperaturas e de temporais, que tornaram o período bastante atípico, o qual se esticou até 6 de março, quando houve uma grande crise no sistema de abastecimento. Mas tem o efeito de temperatura. No Rio de Janeiro, vamos dizer assim, é muito acentuada a sazonalidade.

Eu sou originário lá do interior de São Paulo. A sazonalidade não é tão marcada assim. O verão e o inverno têm uma oscilação, mas não tão acentuada. E, num período em que ocorrem temperaturas mais extremas, essa sazonalidade se acentua mais fortemente.

Ali vemos um efeito da subestação de Caxias. E aí eu digo que a Baixada tem um nível de perdas, ou seja, de uma carga informal, que tenho mais dificuldade de ter o controle. No mês de dezembro, em relação a novembro, a subestação de Caxias teve um crescimento de um mês para o outro de 28%, enquanto uma subestação da Barra, onde há perdas bastante pequenas, teve crescimento de 9%. Então, eu tenho diferenças de oscilação do impacto da temperatura nos vários segmentos de clientes que temos ligados.



Um pouco mais à frente vamos mostrar que isso provoca a queima de transformadores. Isso é um vilão, porque o tempo de reparo de transformadores queimados é muito maior do que se houvesse o religamento de um circuito da própria subestação remotamente. Queimou o transformador, por conta de uma carga não controlada, então, eu tenho de parar equipes e fazer os reparos com maior intensidade de tempo.

Um pouco mais à frente, lá eu separei uma subestação. Aqui, eu separei dois circuitos no mesmo local: um atendendo à Rocinha, outro atendendo a São Conrado. Há comportamentos de carga diferentes entre uma área informal e uma área formal, o que nos leva a ter emergências bastante diferenciadas em diversas regiões. Esses vários segmentos sentem esses tempos de restabelecimento.

No período de outubro para cá, as ocorrências que chamamos de “em transformadores” nos trouxeram uma demanda maior. Elas ocorreram também na média tensão, ocorreram no cliente isolado. Mas essa entidade, chamada “transformador”, que atende, vamos dizer assim, de 100 a 200 clientes de uma só vez, é quem foi um dos vilões desse período. Isso não atinge a uma só pessoa, atinge um bairro, atinge várias residências. Enfim, isso é bastante sensível.

Então, há grandes diferenças entre crescimento de um mês para outro. Quer dizer, há uma enorme diferença de crescimento.

Aqui, eu particularizei o mês de dezembro. Certo? No mês de dezembro, houve um acréscimo de temperatura no Rio de Janeiro, algo que não se experimentava desde 1915, segundo o que consta lá.

O dia 26 foi o dia mais crítico, quando inclusive houve aquela ocorrência, que até está citada no requerimento, se referindo ao Aeroporto do Galeão, que chamou a atenção para a questão das altas temperaturas. Ali, tivemos defeito numa subestação que chamamos de “particular”. Quando o cliente é atendido em 138 mil volts, ele tem a sua própria instalação para transformar sua energia numa tensão que lhe é conveniente para o seu processo. O Galeão tem a sua própria subestação e, em termos de atendimento pela Light, tem dupla alimentação. Mas ele teve problema em sua subestação. A Light chamou a atenção... Para a Light, evidentemente... Toda queda de energia, até que a gente consiga esclarecer que neste ou naquele caso foi em um equipamento privado, a Light se faz presente. A



orientação sempre é de estar junto. Nós fornecemos equipes técnicas para esse evento. Inclusive, para agilizar o restabelecimento, a Light emprestou equipamentos que tinha à disposição, num trabalho de parceria. Parcerias são feitas tanto com a INFRAERO, com a RioLuz, com a CET-RJ, com a CEDAE, com a Ampla, com todos os agentes que estão ali envolvidos. É importante passarmos isso. Tenho 32 anos, não de idade, mas de vivência na área de distribuição elétrica. Essa vivência com o mercado, com o cliente, com as ocorrências... Cada dia é diferente do outro. Há necessidade de se apoiar e de se buscar esse partilhamento.

Nesse caso do Galeão houve isso — é importante citar —, um equipamento que apresentou um defeito, tirou o sistema, e nós contribuímos para minimizar o tempo.

Falando da questão dos transformadores, um exemplo, eu abri algumas janelas, simplesmente, não explica tudo, é apenas um exemplo, queria que isso fosse assim entendido.

Tivemos 3 mil ocorrências de desarme ou de queima de transformadores. Elas ocorreram nessas regiões, Baixada, oeste — aqui eu abri um pouco mais porque no leste nós ainda temos grandes comunidades informais —, Vale do Paraíba e a parte centro-sul, Barra.

Nessas regiões que estão em vermelho, nós temos as regiões com maior índice de perdas, ou o maior índice de cargas à revelia, vamos dizer assim. Nós chegamos a 76% dessas ocorrências, que aconteceram em locais onde se tem perdas com maior nível; e 1.4% é onde nós estamos com uma atuação mais dirigida, através das UPPs e através do Light Legal, que é outro projeto de combate às perdas. Onde se tem essas ações mais incisivas, houve apenas 1.4% de queima. Então, fomos surpreendidos, um acréscimo de temperatura muito elevada, um crescimento de carga à revelia bastante significativo, e também tivemos o aumento de carga — é importante isso —, surgiram várias demandas na cidade, que são cargas à revelia, de clientes regulares. Não é comum os clientes residenciais, e até os comerciais, aumentarem suas cargas em função de temperaturas, e, de uma semana para a outra, já estarem com cargas adicionadas, sem que a concessionária seja informada. Então, essa é uma característica importante da nossa área de concessão.



Como eu já falei, a questão dos transformadores fica com bastante dificuldade. Na realidade, esses serviços drenaram recursos importantes para atender a outras ocorrências.

Ações estruturantes. Vamos falar um pouco olhando para a frente. A Light, como eu falei no início, está mobilizada para dar continuidade a essa vocação de acompanhar o desenvolvimento.

Estou estourando o tempo. Vou falar rapidamente: qualificação de mão de obra, existe um plano da Light, Programa Vida!, 12 mil empregados passando por qualificação, passando por uma melhoria de suas capacidades; georreferenciamento dos ativos, cada poste nosso tendo as suas coordenadas georreferenciadas; sistemas inteligentes de gestão, também em fase final de implementação, o que vai dar maior inteligência no processo de distribuição; gestão das equipes de campo — desde setembro, nós levamos para cinco áreas, que eram centralizadas ali na Rua Larga — Jacarepaguá, Penha, Centro, Vale do Paraíba e Nova Iguaçu —, para atender a essas ocorrências de baixa tensão e de transformadores; manutenção e renovação de ativos está dentro daqueles valores de investimentos; atendimento ao crescimento de carga; combate às perdas.

Eu não entrei muito em detalhes, mas a Light está completamente engajada nos comitês e grupos de trabalhos para atender aos grandes eventos do Rio de Janeiro.

Eu paro por aqui. Fico à disposição dos senhores para eventuais perguntas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) - Agradecemos ao Sr. José Hilário Portes, Superintendente de Operações e Manutenções da Rede Light S/A.

Convidamos a Sra. Janaina Vilela, responsável pela comunicação externa da Ampla Engenharia e Serviços S/A. V.Sa. terá 15 minutos, prorrogáveis.

(Não identificado) - Sr. Presidente, só uma questão de ordem. Será possível reproduzir esse material que o Sr. José Hilário expôs aqui, para a nossa orientação quando dos debates?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) - É possível, mas desde que haja a aquiescência do Sr. Hilário.

O SR. JOSÉ HILÁRIO PORTES - Está disponível (*ininteligível*)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) - Está disponível?

(Não identificado) - Se tiver que providenciar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) - Solicito ao Pierre, nosso Chefe de Gabinete, que providencie cópias da primeira exposição, que está à nossa disposição, e que seja distribuída aos Parlamentares.

Sra. Janaína, V.Sa. está com a palavra.

A SRA. JANAÍNA SAVINO VILELA - Bom dia.

Sr. Presidente, assim como a Light, nós preparamos um material informativo sobre o trabalho que a Ampla vem fazendo na sua região. Eu gostaria de passar a palavra ao Sr. Fábio Fonseca, que é o nosso representante da área técnica, para que ele possa expor o nosso trabalho e fazer uma apresentação sobre os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) - O Sr. Fábio Fonseca está com a palavra.

O SR. FÁBIO FONSECA - Bom dia a todos.

Nós também preparamos uma apresentação orientativa, para que se possa ter uma visão do todo. Nós vamos falar da visão geral da companhia: o grupo controlador da Ampla, as características do nosso mercado, como esse mercado tem crescido dentro da nossa área de concessão, a evolução dos nossos indicadores de qualidade, resultado dos investimentos realizados, nos últimos 3 anos, e os investimentos previstos para os próximos anos, e, como último ponto também, algumas iniciativas reconhecidas pelo mercado, que foram práticas implementadas pela Ampla, com respeito à tecnologia, para melhoria da qualidade do fornecimento e também para a sustentabilidade dos clientes da nossa área de concessão.

Este primeiro eslaide esclarece como é o controle da Ampla como distribuidora. Desde 2009, a Ampla é controlada pelo Grupo Enel, um grupo italiano, que tem sede em Roma. O Grupo Enel detém 92% do controle da Endesa Espanha, que, por sua vez, detém 97,3% do controle da Endesa Brasil. O Grupo Enel está presente em mais de 40 países. Aqui no mapa a gente destaca alguns. É a quinta maior empresa elétrica do mundo. Como empresa, ela ocupa a posição 62; tem mais de 60 milhões de clientes nesses 40 países, 85 mil colaboradores; é a maior



multinacional privada da América Latina, e o quinto maior grupo privado do setor elétrico no País. No Brasil, o Grupo Enel possui 16 mil colaboradores.

A Endesa Brasil detém ativos na área de geração, distribuição e transmissão. Na área de geração, a Endesa Brasil controla a Hidrelétrica Cachoeira Dourada, localizada no Estado de Goiás, e a Termelétrica Fortaleza, localizada no Ceará. Na área de distribuição, são duas grandes distribuidoras, a Ampla, no Rio de Janeiro, com 2 milhões e 600 mil clientes, e a COELCE, que atende a todo o Estado do Ceará, com mais de 3 milhões de clientes, totalizando quase 6 milhões de clientes na área de distribuição.

Na transmissão, a Endesa controla uma linha de transmissão, que permite o intercâmbio de energia do Brasil com a Argentina.

Em média, são 550 milhões de investimentos anuais, e 90% desse recurso é aplicado na indústria nacional.

Falando mais especificamente da Ampla, aqui é a nossa área de concessão, em amarelo. A nossa atuação compreende 73% da área geográfica do Estado do Rio. São 66 Municípios, atendendo a uma população de mais de 7 milhões de habitantes, e 2 milhões e 700 mil clientes.

Como é o nosso mercado? Aqui é um pouco a ilustração do nosso principal sistema de transmissão e os pontos de suprimento, que atendem a toda a nossa área de concessão. São linhas de 138 mil volts, 345 mil volts e até 500 mil volts.

No eslaide 9, vemos um pouco da diversidade de características da nossa área de concessão. Por exemplo, nós temos, na área sul do Estado, na região de Resende, Porto Real, uma região com grande concentração de indústrias e temos áreas com grandes índices de sazonalidade na variação do consumo — na própria Costa Verde e na Região dos Lagos; a região de Macaé e Campos, onde concentra a indústria do petróleo e gás. Enfim, essa é um pouco a ilustração da nossa área de concessão.

Esse é crescimento do nosso mercado ano a ano. Ele tem crescido em torno de 2% a 3% ao ano. Houve crescimento de 2% a 3% ao ano, sendo que 91% dos nossos clientes são clientes residenciais.

No próximo eslaide, aqui é uma ilustração de como a nossa área de concessão tem oferecido um importante crescimento industrial e econômico para o



Estado. E a companhia, como distribuidora, cumprindo sua obrigação de atender a essas demandas que favorecem o crescimento socioeconômico da nossa área de concessão, tem feito investimentos, dentro do nosso planejamento, para atender a esse crescimento.

Aqui só para ilustrar, por exemplo, o COMPERJ, no Município de Itaboraí, prevê uma carga instalada de 20 megawatts para 2014; a região de Resende, que já concentra um grande polo industrial também prevê para 2013 e para 2014 a instalação de novas indústrias; na região de Angra também os estaleiros com crescimento importante e terminais também; a TECAN, na região mais central, e o Distrito Industrial do Açu e da MMX, no norte e no noroeste do Estado. Esses são apenas alguns exemplos de grandes empreendimentos industriais que vão se instalar em nossa área, em 2013 e 2014, totalizando 105 megawatts de incremento de demanda.

Passando para a evolução dos indicadores de qualidade, a gente começa com o histórico dos investimentos realizados nos últimos 5 anos, que totalizam 1,8 bilhões de investimentos realizados, de 2008 a 2012, e uma projeção para os próximos 5 anos, de 2013 a 2017, de montante igual, de mais 1,8 bilhões de investimentos para atender à expansão do sistema, à melhoria da qualidade de fornecimento e ao atendimento a pedidos de novas conexões.

Como resultado desses investimentos, temos uma evolução muito positiva nos indicadores de qualidade de fornecimento, que basicamente medem a quantidade média de interrupções ao longo do ano, que é a frequência das interrupções, o FEC. De 2010 para 2012, houve redução de 27% na frequência das interrupções. Nós saímos de 12,7% para 9,26%, fechando 2012; e o DEC que mede a duração média dessas interrupções. Nós saímos de um patamar de 23,8%, em 2010, para 17,5%, em 2012, uma redução de 26%.

No próximo eslaide, para efeitos de comparação com o mercado brasileiro, nós trouxemos aqui um quadro que compara a evolução do DEC e do FEC de todas as distribuidoras no Brasil que possuem mais de 1 milhão de clientes, ou seja, que têm o mesmo perfil de distribuição da Ampla.

Nesse período de 2010 a 2012, a Ampla foi a empresa que obteve o maior percentual de melhoria nos indicadores de qualidade, reduzindo o DEC, como eu já



havia apresentado, em 27%, enquanto a média nacional reduziu em apenas 2%, assim como a média do Sudeste que também reduziu em apenas 2%. Enquanto que, na frequência, a média nacional praticamente se manteve. Houve um pequeno acréscimo de 1%, sendo que no Sudeste foi de 4%, enquanto a Ampla, por sua vez, obteve redução de 26% na frequência das interrupções, como resultado dos investimentos realizados para a melhoria da qualidade do fornecimento.

Esses dados são públicos. Estão aqui as fontes e podem ser consultadas.

Apesar dessa melhoria, nós temos um registro muito forte na nossa área de concessão de eventos climáticos muito impactantes, que acabam prejudicando a qualidade do fornecimento. Vou passar rapidamente.

Começou em janeiro de 2010. Nesse evento, nós tivemos mais de 13 quilômetros de redes de distribuição completamente destruídos. Fizemos a mobilização de aproximadamente 140 profissionais para reconstruir a rede.

No mesmo ano de 2010, em abril, um novo evento climático, muito forte, com muitas vítimas, destruiu 20 quilômetros da nossa rede de distribuição e 4 torres de linhas de transmissão.

Em janeiro de 2011 houve o maior desastre natural já registrado no País, e, mais uma vez, foi na nossa área de concessão, na região serrana do Estado do Rio, principalmente nos Municípios de Teresópolis e Petrópolis.

Agora, em janeiro de 2013, na região da Costa Verde, um volume de chuvas impressionante provocou também danos à nossa rede, havendo a necessária mobilização adicional de profissionais para a sua reconstrução.

Estes aqui são dados comparativos do verão de 2012 com o de 2013. O volume de chuvas na Costa Verde foi 25% superior ao de 2012.

Em janeiro, nós registramos, através dos *sites* do INEA e do INMET, o volume de 844 milímetros de chuva durante todo o mês de janeiro. Em apenas 1 dia — 3 de janeiro — houve uma precipitação de 200 milímetros de chuvas. São índices comparados aos da Região Amazônica do País. Nesse mesmo período, nas Capitais de Manaus e Belém, choveu 300 milímetros — para que a gente tenha um parâmetro de comparação —, enquanto na região da Costa Verde choveu 844 milímetros, ou seja, muito mais do que o dobro do registrado na Região Amazônica.



Relativamente às descargas atmosféricas — temos uma parceria com o INPE para coleta dos dados —, registrou-se aumento de 170% na quantidade de descargas atmosféricas nesse verão, o que também impacta sobre a qualidade de fornecimento.

Passado o mês de janeiro, após a grande contingência que enfrentamos em Angra, fizemos uma mobilização adicional para o período de Carnaval e Semana Santa.

Temos aqui o resultado comparativo. No carnaval tivemos uma redução de 86% na quantidade de interrupções de alimentadores, e uma redução de 73% na quantidade de clientes impactados. Na Semana Santa, na região da Costa Verde, não houve nenhum registro de alimentadores desarmados.

Bom, falando um pouco dos investimentos previstos para os próximos anos, de 2013 a 2017 somarão 1,8 bilhão de reais: na expansão do sistema, quase 1 bilhão de reais; em qualidade, mais 300 milhões de reais; e em novas conexões, 640 milhões de reais.

Na sequência, este eslaide detalha um pouco as ações de investimentos para melhoria de qualidade.

Modernização da rede.

Está prevista a substituição de quase 800 quilômetros da rede de distribuição por rede compacta, que é a rede mais adequada a regiões que têm grandes concentrações de vegetação.

Sobre investimentos em automação da rede de distribuição, com a qual o fornecimento pode ser reposto de forma remota: estão previstos mais de 851 pontos de operação remota da nossa rede de distribuição, lembrando que todas as nossas subestações são telecontroladas e telecomandadas.

Substituição de componentes: está prevista a reposição, através da manutenção preventiva, de 115 mil componentes, entre postes, condutores e ferragens.

E adequação da nossa rede ao ambiente em que está inserida: há previsão de realização de quase 3 milhões de podas de árvores, instalação de 20 mil conjuntos de para-raios e adequação de mais de 1.063 quilômetros da nossa rede



convencional para a rede adaptada para o litoral, região que tem grande incidência de salinidade.

Esta agora é a última parte. Falaremos um pouquinho dos nossos projetos que têm o reconhecimento de inovação tecnológica.

Primeiro, o EcoAmpla — um projeto de sustentabilidade. Temos mais de 60 mil clientes cadastrados que trocam material reciclável por desconto em sua conta de luz. São mais de 20 postos de atendimento em toda a nossa área de concessão. Desde o início do projeto, já foram arrecadados 3 mil toneladas de resíduos e concedidos 600 mil reais em descontos nas faturas de energia elétrica para os clientes cadastrados.

Operação do sistema. Nós temos um centro de operação centralizado que monitora todas as nossas subestações, com certificado ISO 9001, desde 2006. Toda a nossa rede de distribuição possui localização georreferenciada. Temos 340 pontos de automação na rede de distribuição, e a medição eletrônica para redução das perdas de energia também é monitorada de forma remota. A nossa frota de veículos é 100% rastreada por GPS, o que permite a localização automática dessas viaturas e o despacho automático dos serviços. Todos os nossos veículos possuem câmera para monitoramento da qualidade e segurança na execução das atividades.

Aqui, a inovação de medição eletrônica desenvolvida pela Ampla: são mais de 615 mil clientes, mais de 5 mil quilômetros de rede reconstruída e adaptada para esse padrão e, até 2017, serão 800 mil clientes, num investimento de mais de 500 milhões de reais para adequação da rede e redução das perdas de energia.

Aqui, outras iniciativas tecnológicas, também para redução de perdas, desenvolvidas pela Ampla.

Aqui, as premiações nacionais e internacionais concedidas por essas iniciativas.

No próximo eslaide, a gente fala um pouco do novo projeto Cidade Inteligente. Esse projeto está sendo implementado inicialmente na cidade de Búzios, através da incorporação de tecnologias de forma agrupada e com foco também de sustentabilidade, com o objetivo de multiplicar isso para toda a nossa área de concessão.



Alguns detalhes sobre o projeto: são previstas ações de conscientização de consumo racional da energia; tecnologia para uso eficiente da energia, como iluminação pública com painéis solares; um centro de monitoramento; energia solar e eólica, através da geração distribuída; Internet wi-fi grátis; e experiência com veículos elétricos e bicicletas elétricas. Está prevista a utilização de barcos movidos a energia solar, também outra inovação.

Aqui, no final desta apresentação, os reconhecimentos por esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) - Agradecemos ao Sr. Fábio Fonseca, responsável por operações de qualidade de fornecimento da Ampla Energia e Serviços S/A.

Passamos a palavra ao Sr. José Moisés Machado da Silva, Superintendente de Fiscalização dos Serviços de Eletricidade da ANEEL. S.Sa. terá até 15 minutos para fazer sua exposição.

O SR. DEPUTADO EDSON SANTOS - Solicito aos expositores que disponibilizem as exposições à Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) - Aproveito a solicitação do autor do requerimento de realização desta audiência, Deputado Edson Santos, e pergunto aos expositores se disponibilizam as exposições para que a nossa assessoria faça cópias para fornecer aos Deputados. Pode ser?

O SR. JOSÉ MOISÉS MACHADO DA SILVA - Pode, à vontade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) - O.k. V.Sa. está com a palavra.

O SR. JOSÉ MOISÉS MACHADO DA SILVA - Bom dia, Deputado Edinho Bez, Presidente desta Comissão; Deputado Edson Santos; demais Srs. Deputados.

Senhoras e senhores, vou fazer uma apresentação bem rápida, porque basicamente vou falar dos indicadores das empresas.

Antes, gostaria de fazer uma pequena introdução. A minha área de trabalho (fiscalização) abrange sistemas de transmissão e sistemas de distribuição. Queria fazer então uma pequena distinção dos modelos, para não causar confusão.

No modelo de transmissão, os investimentos são feitos com base num planejamento centralizado pelo Ministério de Minas e Energia e são determinativos. Os investimentos são determinativos, são obrigatórios, e as redes que têm de ser



implantadas são definidas nesse planejamento. As melhorias são de responsabilidade da empresa, mas também podem ser determinativas.

Já no segmento distribuição, o investimento não é determinativo. A obrigação da empresa é atender a seu mercado, e a empresa define os investimentos e as obras que vai fazer para atender ao mercado com o índice de qualidade definido pela ANEEL.

Então, não fiscalizamos investimentos; fiscalizamos a prestação do serviço de distribuição.

(Segue-se exibição de imagens.)

Hoje eu resolvi falar um pouquinho de transmissão. E, já que estamos falando do Estado do Rio de Janeiro, ali temos um mapinha do sistema de transmissão que atende ao Rio de Janeiro, em que a gente observa que há rede de 345kw, que vem de Minas Gerais; rede de 500kw, que vem de São Paulo, e está entrando uma nova linha de 500kw, antes da Copa do Mundo, que vem de Taubaté. Então, esse é o abastecimento fundamental do Estado do Rio de Janeiro, com circuitos de 500 mil volts, 345 mil volts e 230 mil volts. É fundamentalmente isso que abastece o Rio de Janeiro.

Há outras menores, mas as principais subestações de chegada do suprimento ao Estado do Rio de Janeiro são: Grajaú, São José, Adrianópolis, Jacarepaguá, Angra e Campos.

O Rio de Janeiro terá agora, como expansão, dois novos pontos de suprimento: a Subestação Nova Iguaçu, que vai ser atendida por Taubaté, e a Subestação Zona Oeste, alimentada pela Linha Taubaté-Nova Iguaçu. Duas fases reservas em Jacarepaguá; duas fases reservas em Grajaú; e o novo pátio de 108kw, no Grajaú.

Todas essas são obras para atendimento regular ao Rio de Janeiro, mas, também, visando a maior confiabilidade de atendimento durante a Copa que teremos e nas Olimpíadas.

Quais foram os desligamentos ocorridos na área da Ampla, por conta de rede de transmissão?

Em 2012, observamos que apenas quatro desligamentos afetaram a carga da Ampla acima de 100mw, que consideramos relevante na transmissão. Então, no



total, no período de 2007 até 2013, tivemos apenas seis desligamentos de transmissão que afetaram a região da Ampla. Na Light, tivemos apenas duas interrupções, ao longo desses anos; nenhuma em 2012, nenhuma em 2013 que afetasse.

Por que coloquei isso? Para situarmos o problema. O problema que viemos discutir aqui é o atendimento da área de distribuição da Light e da Ampla. Não temos desligamentos significativos por conta de sistema de transmissão.

DEC e FEC são indicadores, já citados pelos apresentadores anteriores, que mostram a média de duração e frequência de desligamentos. Na Light, a gente observa que a duração das interrupções tem sido crescente, de 2010 a 2012, e tem sido acima daquela linha que é a linha regulatória. Então, 2012 teve um acréscimo em relação a 2011, que teve um acréscimo em relação a 2010, e acima do valor regulatório.

Já a frequência, mostrada no gráfico de baixo, ou seja, o número de vezes em que se desliga, está basicamente dentro do limite regulatório. Houve pequena violação em 2012, o que dá uma demonstração de que alguma coisa precisa ser feita pela Light no sentido de recuperação mais rápida do sistema, não tanto relacionado a investimento em número de circuitos, mas de recuperação rápida, tais como equipes, peças sobressalentes e coisas afins.

A Ampla, embora tenha realmente melhorado seu indicadores de 2010 a 2012, como o Fábio mostrou, ainda está acima do limite regulatório na duração. E o problema é parecido com o da Light, ou seja, o tempo de recuperação das redes quando elas desligam. Já a frequência está dentro dos limites regulatórios.

Bom, o setor elétrico, a partir de 2010, em vez de se concentrar em multa por violação de DEC e FEC, mudou. Verificou-se que o incentivo econômico era melhor. Então, o desligamento que tem o consumidor implica devolução pela empresa ao consumidor.

A gente observa que na Light houve devolução da ordem de 47 milhões de reais, em 2012, um número que vem crescendo desde 2000, por conta do número de interrupções aos consumidores. A Ampla também teve de devolver 21 milhões de reais, a mesma ordem de grandeza de 2011, e um pouco menos que de 2010.



A gente gostaria de chegar aqui e dizer que a compensação é zero, que não houve desligamento. Porque o consumidor não quer a compensação, não quer esse dinheiro; ele quer não ter desligamento, ele quer boa qualidade do serviço. Mas a ideia é de que esses incentivos econômicos levem a que haja cada dia menos desligamentos. E a ANEEL pode sempre calibrar o valor dessa devolução. Está em estudo a verificação disso, para ver se está bem calibrada ou não a devolução ao consumidor.

Aqui, a gente apresenta um gráfico de reclamações do consumidor. A gente não gosta de colocar isso em valores absolutos, porque há regiões em que os consumidores exercem mais o seu direito de reclamar e de reivindicar, enquanto em outras regiões, bastante menos. No Rio de Janeiro, a gente observa que a população exerce o seu direito de reclamar, e por isso as reclamações são acima do resto do País.

Por que apresento esta tabela? Para mostrar a procedência das reclamações. Então, não são reclamações vazias. A gente observa que, na Ampla, 41% das reclamações têm procedência, o foram porque alguma coisa realmente aconteceu. Na Light, aproximadamente, 36% das reclamações são procedentes, o que coloca essas duas empresas como líderes em número de reclamações procedentes para cada 10 mil unidades consumidoras. A Ampla é a primeira colocada, e a Light, a segunda, em número de reclamações procedentes a cada 10 mil consumidores.

Aqui, as reclamações da Light. Eu as coloquei só para mostrar que em 2012, realmente confirmando a piora do indicador de desligamentos, houve mais reclamações à Ouvidoria da ANEEL. Porque essas reclamações são todas recebidas pela Ouvidoria da ANEEL.

As reclamações estão bastante divididas entre questões de qualidade de fornecimento, questões comerciais e questões de teleatendimento.

Quanto à Ampla, também houve pequeno aumento das reclamações na ANEEL em 2012. Igualmente, como na Light, elas se dividem em questão comercial, qualidade de serviço e teleatendimento.

A ANEEL fiscalizou tanto a Light quanto a Ampla. A Light recebeu, aproximadamente, 62 milhões de reais em multas — valor não corrigido. Se corrigirmos, dará muito mais que isso. E esse é um valor histórico. Então, o valor



não corrigido é de aproximadamente 62 milhões de reais. E o valor correspondente à Ampla é de aproximadamente 45 milhões de reais, nos últimos 6 anos.

A apresentação é basicamente esta, mas eu gostaria de fazer alguns comentários adicionais, já que ainda estou dentro do meu tempo.

Primeiro, a questão de investimentos.

A gente observa que a Light dobrou a quantidade de investimentos que fazia nos Ciclos 2009 e 2010 e que está fazendo em 2011 e 2012. E ela espera que isso dê resultados positivos nos indicadores dos próximos anos. Então, ela passou da ordem de grandeza de 300 milhões de reais de investimentos, de 2009 a 2010, para algo em torno de 550 milhões a 600 milhões de reais, em 2011 e 2012, e prometidos para 2013.

Temos a expectativa de que esses investimentos ajudem a melhorar o serviço.

Mas não basta investimento. Há que se fazer um trabalho bem forte em recuperação rápida das redes, com equipes, recursos humanos e peças sobressalentes. A gente tem falado isso nas fiscalizações e tem conversado com a empresa sobre isso.

Outra questão que eu queria colocar é a quantidade de multas. Alguém pode perguntar se essas multas tem sido efetivas. Na Agência, entendemos que a multa é um caminho obrigatório e necessário quando a empresa viola a sua prestação de serviço, mas que esse não tem sido um sinal suficiente para correção dos problemas.

Então, nós estamos desenvolvendo, e não só equipando — a área de fiscalização e a diretoria estão empenhadas nisso — com quantidade de fiscais, mas também desenvolvendo novas maneiras de se fazer um monitoramento prévio, para acompanhar a trajetória de empresa, muito antes de se chegar a um processo de fiscalização.

Toda vez em que fazemos um processo antecipado e cita algum problema que está ocorrendo, a empresa corrige rapidamente. Depois da multa, ela tem a tendência a pensar: *“Só vou ser multada de novo neste assunto daqui a alguns anos”*. Eles não vão reconhecer isso. Mas alguns já me disseram que fazem a conta.



Então, a multa é necessária? É, mas um trabalho preventivo é mais importante do que multa. E este é o caminho que agora nós estamos tomando na área de fiscalização: desenvolvendo sistemas de monitoramento a distância, de acesso aos sistemas da empresa a distância, fazendo um acompanhamento *on-line*, ao invés de chegar lá e multar, depois que o problema aconteceu.

Isso vai dar um resultado mais à frente. É novo o que nós estamos fazendo. Mas acreditamos que em breve nós vamos falar aqui de pouca multa e de muitos serviços de monitoramento. Já fazemos alguns. Mas a gente tem que desenvolver isso bastante ainda.

Bom, era basicamente isso que eu tinha a dizer.

Obrigado pelo convite para eu estar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) - Parabenizo todos os convidados pelas exposições. Parabenizo, o Sr. José Moisés Machado da Silva, Superintendente de Fiscalização dos Serviços de Eletricidade da ANEEL, principalmente pelo fechamento, ou seja, por trabalhar priorizando a prevenção, ao contrário de muitos segmentos, por exemplo, o da segurança pública. A reclamação é generalizada — e eu não gosto nada do que é generalizado; é a minha opinião — de que, quanto à segurança pública, no Brasil inteiro, independentemente de quem está no Governo, passa-se para a população a ideia de que a prioridade é a multa e não a prevenção, a orientação às pessoas, aos infratores.

Passo a palavra ao autor do requerimento, o grande e atuante Deputado Edson Santos, que tem a palavra por até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO EDSON SANTOS - Sr. Presidente, em primeiro lugar, gostaria de agradecer à representação da Ampla, na figura da Sra. Janaína Vilela, do Sr. Fábio Fonseca; à representação da Light, nas figuras dos Srs. Eduardo Camilo e José Hilário Portes; e da ANEEL, na figura do Sr. Moisés da Silva, que foram bastante solícitos no sentido de atender a esta demanda da Comissão, de minha iniciativa, mas que recebeu ampla adesão dos Deputados desta Comissão, principalmente os que têm residência no Estado do Rio de Janeiro, dado ao desconforto que esse problema vem causando a nossa população.

Então, acho que aqui iniciamos um diálogo não apenas olhando pelo retrovisor, mas vendo em perspectiva as soluções para o problema apresentado,



qual seja, a queda frequente no fornecimento de energia e até mesmo as interrupções que têm ocorrido de forma frequente em nosso Estado. E, como já foi colocado, é um Estado bastante privilegiado no sentido de sermos agraciados por eventos de grande importância internacional que irão acontecer, a partir da Jornada Mundial da Juventude, que vai trazer milhões de pessoas ao nosso Estado. Teremos também a Copa das Confederações, quando será o Rio de Janeiro o palco da principal partida da disputa desse torneio. Teremos, no ano vindouro, a realização da Copa do Mundo, em que também o Rio de Janeiro será palco inclusive da final. E, finalmente, teremos as Olimpíadas, sem falar nos demais eventos que acontecerão ao longo desse período. Embora de menor importância, eles também lançam a imagem do Brasil e do Rio de Janeiro para o mundo, de forma geral. E nós queremos que essa imagem seja positiva e que o fornecimento de energia elétrica não seja um elemento que desdoure a imagem do nosso Estado e do nosso País diante das pessoas que vêm nos visitar. Então, o objetivo dessa audiência pública é identificar problemas e buscar solução para os mesmos.

Sr. Presidente, nós sabemos que vimos tendo ao longo desse tempo um crescimento expressivo da capacidade de compra da população brasileira, principalmente da população de baixa renda, que hoje tem acesso a equipamentos outrora de posse apenas das elites, das classes média e alta brasileira. Hoje é comum pessoas terem geladeira, aparelho de ar-condicionado e outros itens que contribuem para a melhoria da qualidade de vida. Tenho certeza, inclusive, de que esse elemento foi e tem sido essencial para que o Brasil atravesse esse período tormentoso da economia mundial, tendo no consumo realizado por esse segmento o elemento forte no sentido da garantia, da manutenção do emprego, e para assegurar de forma geral a nossa economia. Felizmente, em que pesem as críticas da Oposição, o Brasil não vem experimentando os malefícios da crise, como ocorre em países como a Espanha, sede da ENDESA, em que o desemprego está na faixa de 26%.

Então, esse é o elemento que eu considero importante e que deve ser valorizado por todos nós, homens públicos, e pelo setor empresarial brasileiro, que deve atuar no sentido de prover a população dos serviços essenciais à nossa vida, neste início do século XXI. Uma consequência visível de tudo isso é o aumento do



consumo de energia elétrica. De acordo com informações obtidas, inclusive no *site* da Light, empresa que atende a cerca de 4 milhões de pessoas em 31 Municípios, em 2012 registrou-se lucro líquido de 423,9 milhões de reais, o que representa um crescimento da ordem de 24% sobre o lucro obtido no ano anterior, de 342 milhões.

A Ampla, que é ligada ao grupo Endesa e atende a parte da região metropolitana do Rio de Janeiro e do interior do Estado, registrou lucro líquido de 493 milhões de reais, um percentual superior a 134,5% ao apurado no ano passado. Acho que isso é um elemento importante para o seguinte questionamento. Não houve reversão, do ponto de vista de investimento, para garantir uma qualidade de serviço digno à população, mesmo levando-se em conta a alta lucratividade dessas empresas.

Temos aqui dados da ANEEL na Nota Técnica nº 0038/2013, publicada no final de março, que diz que as concessionárias do Rio estão entre as 10 piores do *ranking* da Agência reguladora. A Light deixou os clientes no escuro durante 18 horas em média no ano passado, o dobro do permitido pela ANEEL. A Ampla, 16 horas, contra o limite de 13 horas e 30 minutos. Juntas, a Ampla e a Light fornecem energia aos 92 Municípios fluminenses. E, juntas, também se destacam entre as empresas mais acionadas nos Juizados Especiais Cíveis do Estado por consumidores insatisfeitos. Apenas em fevereiro de 2013, de acordo com informações do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, a Light foi acionada 1.881 vezes, enquanto a Ampla figurou como ré em 1.464 ações judiciais.

O jornal *O Dia* também fez um levantamento das interrupções entre janeiro e outubro do ano passado. A Light contabilizou 28 milhões de reais em gastos com ressarcimento aos consumidores. Alguém aqui já colocou que esse não é o objetivo principal. O que se busca é exatamente a qualidade do serviço, para não chegarmos a esse nível.

Este ano ainda, a ANEEL multou a Light em 6,7 milhões de reais devido a irregularidades encontradas nas instalações da rede subterrânea da empresa, que, em 2011, causaram explosões em série nos bueiros da companhia. Em 2009, a empresa já havia sido multada em 9 milhões de reais por interrupções do fornecimento de energia. Isso talvez vá ao encontro do que colocou o Sr. José



Moisés sobre a ineficácia da aplicação de multas do ponto de vista de melhoria, de constranger as empresas a buscarem melhoria da qualidade do serviço.

Após marcarmos esta audiência pública, Sr. Presidente e Srs. Deputados, nós fizemos algumas incursões nas ruas para ouvir os consumidores, principalmente da Light, que é a área que me diz mais respeito. E a maioria das reclamações situa-se entre quedas frequentes de luz; demora para restabelecer a energia, principalmente nas áreas consideradas como pontas de rede, nas quais há registros de espera superiores a 24 horas; dificuldade para acessar os canais de reclamação da empresa, danos a aparelhos eletrodomésticos, prejuízos causados principalmente ao comércio varejista pelos prolongados períodos sem luz.

Isso mostra o nível do prejuízo causado à população. Para nós aqui isso fica claro, pois, em meio a temperaturas altíssimas, as pessoas não podem usar o ar-condicionado, a geladeira não funciona, pessoas idosas e com deficiência são obrigadas a subir por escadas para chegarem a sua casa; além disso, aumenta a insegurança em ruas mal-iluminadas, e há prejuízos na manutenção de remédios e alimentos da população.

Então, o objetivo desta audiência é discutir isso de uma forma bem prática. Eu sei que há alguns eventos aqui na Câmara em que a gente fica num pingue-pongue, em ataque e contra-ataque. Mas não é este o objetivo desta audiência pública. Quero tranquilizar os senhores e as senhoras de que isso não é o que nos move ao solicitar a sua presença aqui na Câmara. Hoje, a gente quer ouvir das empresas respostas a essas demandas e cobrar também um compromisso com o Brasil. Se o Brasil cresce, e está crescendo, e se está mantendo um nível de renda condizente com a necessidade da população brasileira, eu acho que nada mais justo do que cobrar, principalmente das empresas concessionárias, investimentos que garantam conforto, tranquilidade e dignidade para os consumidores.

Então, da Light e da Ampla, Sr. Presidente, eu queria ter as seguintes informações: ter um informe sobre os planos de investimentos previstos; saber em que medida esses investimentos vão atender à demanda por energia elétrica em nosso Estado; saber o que está sendo feito para melhorar a qualidade do serviço na rede já instalada; saber de que forma as companhias estão atuando para ressarcir os prejuízos causados pela interrupção de energia elétrica; saber em que medida a



terceirização da manutenção compromete a qualidade do serviço oferecido — acho que esta parte aqui é grave; saber o que está sendo feito para reduzir o tempo de resposta dos distribuidores os chamados dos consumidores que apontam problemas no fornecimento; saber o que está sendo feito para melhorar os canais de atendimento às reclamações da população.

Da ANEEL, queremos ouvir respostas às seguintes indagações.

No acompanhamento das concessionárias feito pela Agência, foi constatado o cumprimento dos necessários investimentos em manutenção, considerando-se o aumento da demanda pelo consumo de energia? Em caso negativo, quais as medidas que essa Agência adotou? Quais são as principais deficiências nos serviços prestados pelas empresas à população fluminense? A terceirização dos serviços de manutenção das empresas tem influência nesses resultados negativos da prestação de serviços? Quais medidas a ANEEL adotou para exigir que a Light e a Ampla normalizem a distribuição de energia no Estado do Rio de Janeiro? Quais os prazos para que as empresas adotem as mudanças e as modernizações que certamente se fazem necessárias?

Também queremos saber da Agência em que nível andam os entendimentos para que a Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado Rio de Janeiro passe a auxiliar a ANEEL na fiscalização das empresas e na aplicação das multas.

Então, Sr. Presidente, eu creio que, de forma bem sucinta, eram essas as questões que eu gostaria de colocar para nortear o debate. E as lacunas que, evidentemente, a minha intervenção deixou, do ponto de vista de preocupação dos usuários do Rio de Janeiro, certamente serão preenchidas pelos Deputados que me sucederão nos questionamentos que serão realizados nesta audiência pública.

Era o que eu tinha a dizer, e agradeço, mais uma vez, aos senhores e às senhoras a presença nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Bez) - Primeiro, gostaria de parabenizar o Deputado Edson Santos e esta Comissão. O requerimento foi aprovado aqui por unanimidade, e observamos durante a nossa audiência pública a importância desta reunião.



Nós passamos a palavra ao Deputado Manuel Rosa Necá, primeiro orador inscrito. Antes, porém, comunico que preciso me retirar, solicitando ao autor da audiência pública, o Deputado Edson Santos, que presida os debates, dando continuidade a esta reunião.

Esta Presidência agradece a todos a atenção e o carinho. Como disse o autor, não há razão para preocupações. Devemos, sim, procurar juntos e encontrar uma solução. A Comissão se coloca à disposição para, juntos, trocarmos ideias e tomarmos iniciativas, se necessárias.

Passo a Presidência dos trabalhos ao Deputado Edson Santos, ao tempo em que concedo a palavra ao Deputado Manuel Rosa Necá. S.Exa. dispõe de até 3 minutos.

O SR. DEPUTADO MANUEL ROSA NECA - Obrigado, Sr. Presidente.

Eu gostaria de agradecer a presença de todos os senhores e da senhora e dizer que aqui eu vou discordar um pouco do Deputado Edson Santos.

Aqui quem fala não é o Deputado; é o consumidor. Eu moro no Rio de Janeiro, na cidade de Nilópolis. Se existe um setor que se ressente das privatizações feitas nos governos passados, que eu acho que foram nocivas ao nosso País, notadamente é o setor de energia. Eu acho que as privatizações lhe foram nocivas.

A Light, quando era pública, funcionava melhor do que hoje, quando é privada.

Deputado Edson Santos, o senhor citou vários eventos que vão acontecer no Rio de Janeiro, e é verdade. Mas o senhor se esqueceu de citar o evento mais importante: o Rio de Janeiro, por si só, já é um evento. Basta ver o número de turistas em visita ao Brasil. No ano passado, foram 5,4 milhões em todo o Brasil; só ao Rio de Janeiro, quase 12% do total. Portanto, a cidade do Rio de Janeiro e o Estado do Rio de Janeiro, por si sós, já são um evento. Afora o que V.Exa., com toda a sabedoria e a experiência, citou.

Eu tenho algumas perguntas a fazer e que não foram abordadas. Vou fazê-las bem rápido. Não são perguntas de difícil resposta.

Quem controla a Light? É uma das perguntas. Eu também não sabia quem controla a Ampla, soube agora. É uma empresa italiana. O que é área formal e área



informal? O nosso Superintendente citou várias: área formal e área informal. A Rocinha é uma área informal, e São Conrado é uma área formal. Não sei o que é isso. Gostaria que me explicassem. Sou leigo.

Eu ia fazer uma pergunta sobre outra questão, mas o Deputado Edson Santos, com sua experiência, já me respondeu. Era a questão do lucro líquido da empresa em 2012: quatrocentos e tantos milhões.

Foi citado aqui que no ano de 2012 — vou-me reportar sempre ao último ano — a Light investiu 550 milhões. Desses 550 milhões, quanto foi investido para colocar — não gosto nem de citar essa palavra aqui, mas vou citar — esse *chip*, que massacrou as comunidades humildes, carentes, do Estado do Rio de Janeiro? Eu quero dissociar o que é investimento para melhorar o atendimento, a qualidade da vida das pessoas, e o que foi investimento para buscar algum tipo de recurso, porque a Light era deficitária, foi vendida porque estava falida e agora dá um lucro desses. Está parecendo banco! Daqui a pouco vai competir com o Bradesco. Então, eu queria saber quanto foi investido na instalação desse *chip*, investimentos mesmo sérios, para valer, etc.

Outra pergunta que eu queria também que me respondessem — esse dado não foi citado — é quantos transformadores estão nos ativos da Light. Em 2012, conforme as informações que estavam ali no painel, foram trocados 6.700. Eu queria traçar um paralelo: quantos são hoje, 10 mil, 100 mil, 200 mil? E quantos foram trocados? Quero ver quanto foi investido também nesse segmento, porque, pelo painel que eu vou mostrar aqui, um transformador queimado leva 10 horas para ser trocado. Essa é outra questão que mais na frente nós vamos abordar.

Eu queria também que o representante da Light, com toda serenidade, já que é uma empresa privada que dá uma margem de lucro como um banco no Brasil... Quando ela comunica que vai faltar energia, eu entendo que deve ser feito um planejamento, não é Deputado Luiz Sérgio? V.Exa. mora em Angra dos Reis. Se na sua rua vai faltar energia das 8 horas da manhã às 5 horas da tarde, V.Exa. vai organizar sua vida — quer dizer, nós somos dependentes de energia — de acordo com o que está comunicando a empresa que lhe cobra e lhe fornece energia. É praxe ou é cem por cento rigorosa essa informação? Se vai faltar das 7 da manhã às 7 da noite, é feito um planejamento para que o cidadão que está lá na ponta, que



recebe energia, que depende dela para viver, possa organizar sua vida? Não só para o cidadão, mas para o dono bar, da padaria, do comércio em si, é feito esse planejamento? Parece-me que não.

Para encerrar, queria que me respondessem quais foram os critérios para instalar o *chip*. Quais foram os critérios? Eu, por exemplo, moro no centro de Nilópolis e até hoje o *chip* não chegou lá. Mas tem um bairro lá, chamado Joaquim de Almeida Flores, que o nosso povo não conhece por esse nome, mas conhece pelo nome de Paiol, aquele paiol de pólvora, de Deodoro, quando estourou e estava no limite. O povo conhece como Paiol. É o bairro que mais cresceu no Município de Nilópolis. Ele foi premiado com uma estação do *chip*.

Para encerrar a minha participação aqui — e quero voltar depois com outras perguntas: a Light tem por hábito ajudar os Municípios em festas, eventos culturais, aniversários da cidade? Os Municípios que facilitaram a instalação do *chip* foram beneficiados com esse tipo de evento?

Presidente Edson Santos, essa era a minha intervenção. Quero voltar mais à frente, após a resposta do representante da Light.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edson Santos) - Olha, nós temos aqui, após a fala do Deputado Necá, os Deputados Luiz Sérgio, Fernando Jordão, Raimundo Gomes de Matos, Marcelo Matos e Eurico Júnior.

Eu penso que nós deveríamos facultar a fala a todos os Deputados, para depois passar a palavra aos membros da Mesa. Como são poucos Deputados, acho que é possível ouvi-los para depois a Mesa se pronunciar.

Então, com a palavra o Deputado Luiz Sérgio, que tem 3 minutos flexíveis para fazer a sua intervenção.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Primeiro, tanto para a Light quanto para a Ampla, eu confesso que não fiquei satisfeito com as exposições. Já houve uma audiência na Comissão de Minas e Energia com a Ampla, e, numa das exposições que não foi apresentada aqui, colocavam que havia vários transformadores que estavam operando no seu limite. Então, isso significa que, num aumento de consumo, numa variação, esses transformadores vão ter problema, vão queimar ou vão pifar, e nós teremos um grande problema de falta de energia, principalmente na região de Mangaratiba, Angra dos Reis e Parati. Como isso ocorreu há praticamente



15 dias, eu hoje esperava que já tivesse aqui: “*Olha, quanto aos problemas levantados na Comissão de Minas e Energia em relação aos transformadores, nós já estamos apresentando aqui este cronograma para a solução*”. Aquilo foi uma das coisas mais focadas lá. Hoje aqui é como se isso não tivesse acontecido na Comissão de Minas e Energia.

E, com relação à Light, eu concordo com o Deputado que me antecedeu que a situação piorou. Por quê? Porque há serviços que se sustentam na confiança. Agora, como ter confiança num serviço dessa qualidade se o representante da empresa diz assim: “*Houve uma variação térmica muito forte. Isso levou a que transformadores queimassem, e faltou luz*”? Quer dizer que agora, se chover, acaba a luz, pode acabar; se fizer calor muito forte, pode ter problema de falta de luz. Que confiança o usuário vai ter desse serviço com uma exposição dessas? Esta sessão é gravada. É só pegarmos os vídeos que nós vamos verificar.

Então, não existe confiança! E não existe confiança sequer naquele que está andando na rua. Este era outro tema que eu gostaria que pudesse ser focado aqui. E os bueiros que explodiram foram por quais razões? Quais foram os motivos? Quantas pessoas foram feridas? O Deputado que me antecedeu disse: “*O Rio, por si só, é um espetáculo, recebeu não sei quantos turistas*”. Nós tivemos o caso em que choveu no Rio de Janeiro, uma turista, se não me engano portuguesa, no Catete, passando na calçada, porque estava a calçada molhada, levou um choque e morreu.

Quer dizer, se chove hoje, você não tem confiança, no Rio de Janeiro, nem de andar nas ruas em relação ao serviço da energia elétrica que é fornecida. Então, isso é uma vergonha! Isso é uma vergonha! Agora, mais vergonha ainda é olhar que a empresa teve quase 500 milhões de lucro! Então, isso evidencia que esse lucro está sendo atingido de uma forma selvagem, em que não se está levando em consideração o cidadão. Então, como é um serviço essencial, é uma concessão do Estado, eu acho que a ANEEL tem que ser mais dura com essa empresa. Isso é inadmissível! É inadmissível que o cidadão esteja passando na rua, o bueiro exploda e ele saia mutilado! Como é inaceitável a imagem do Brasil perante o mundo: uma turista morreu de choque elétrico, porque estava chovendo no Catete! E aqui, por essa apresentação, parece que é a décima maravilha do mundo! Só se esqueceu de focar que a empresa é campeã em reclamações.



Então, há algo que não combina entre a exposição e a realidade, porque não adianta dizer: “*Nós temos um enorme investimento para 2013.*” Tem-se que colocar claramente: “*Nós vamos trocar 100 transformadores, no mês de janeiro vão ser trocados 10, no mês de fevereiro, 15, são os transformadores nºs 4, 5 e 6.*” Aqui também não dá para ficar numa questão meio abstrata de que a culpa é do usuário. A culpa é que no Rio tem gente que usa e não está pagando a conta. Então, fica meio que tentando transparecer que o problema é esse, mas não é esse. Se o problema fosse esse do gato, a empresa não teria 500 milhões de lucro.

Então, isso evidencia que nós estamos num regime capitalista, da livre iniciativa, e ela tem que ter o lucro dela. Agora, o lucro dela não pode ser um lucro na selvageria de que o usuário perca aquilo que é essencial no serviço de fornecimento de energia elétrica, que é a confiança, mas no Rio de Janeiro ninguém tem confiança. Em Angra dos Reis — o Fernando estava aqui dizendo que neste final de semana faltou luz na residência dele — ninguém tem confiança. Nós não temos confiança quando chove; agora nós não temos confiança quando faz sol e nós não temos confiança de andar na rua quando está chovendo. Virou um problema gravíssimo no Rio de Janeiro a questão do fornecimento de energia elétrica.

Então, eu gostaria de saber exatamente isto: quantos bueiros explodiram? Quantos foram culpa da Light? Qual foi a assistência que a empresa deu a essas pessoas? Como foi o caso da turista que morreu no Catete? Quanto a esses investimentos que aqui são apresentados de forma abstrata, o que têm de concreto? O que vai ocorrer no mês de maio? Quantos transformadores serão modificados, reformados, substituídos? Com relação à Ampla, vai no mesmo sentido em relação ao número de transformadores que foram evidenciados na audiência pública de Minas e Energia, que estão operando no seu limite máximo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edson Santos) - Após o Deputado Luiz Sérgio, tem a palavra o Deputado Fernando Jordão.

O SR. DEPUTADO FERNANDO JORDÃO - Quero cumprimentar o Presidente e autor do requerimento, o Deputado Edson Santos, a Diretoria da Ampla e da Light e também da ANEEL. Também quero parabenizar o Deputado Edson e o



Deputado Luiz Sérgio, que inseriu a Ampla no pedido de audiência para ouvir a Light.

Eu fui autor do requerimento na Comissão de Minas e Energia com relação à convocação da Ampla. O Deputado Luiz Sérgio esteve presente e até o Deputado Marcelo Matos, que está aqui ao meu lado. Quando se fala em distribuição de energia, Luiz Sérgio, a indignação dos Deputados, a indignação de toda a população é a mesma.

Eu gostaria de dizer que aprovamos lá na Comissão de Minas e Energia, por unanimidade, uma PFC, uma Proposta de Fiscalização e Controle, com relação à Ampla e à Light no Estado do Rio de Janeiro. Também, na sessão que antecedeu a de hoje, nós aprovamos uma Comissão Externa para todo o Brasil, para que nós acompanhássemos a distribuição de energia em todo o Brasil, através dessa Comissão Externa.

Eu acho que nós podemos fazer até uma unificação nesse sentido. Por que foi aprovado por unanimidade nessa Comissão Externa? Porque lá, além de Deputados do Estado do Rio de Janeiro, como relatou muito bem aqui o Deputado Luiz Sérgio, eu vi o Fábio Fonseca, da Ampla, dizer que na Semana Santa não faltou luz, mas faltou luz, sim, por quase 8 horas lá na nossa região, onde eu moro, mais propriamente na localidade do Camorim Pequeno. Isso vem acontecendo assiduamente.

Agora, o que eu acho que a gente pode fazer... A indignação é geral. Não vai haver um Deputado aqui que vai elogiar. O Deputado Eduardo Cunha, Líder do PMDB, de 15 em 15 dias, está levando um Ministro a uma audiência. Numa dessas audiências, ele levou o Ministro Edison Lobão, que elogiou a Ampla e a Light numa pergunta, que não sei se foi o Eurico Júnior que fez. Para surpresa do Ministro, a indignação de todos os outros Deputados era de que o Ministro não tinha conhecimento do que estava acontecendo no Estado do Rio de Janeiro, quando ele fez o elogio à Ampla e à Light. A própria grande imprensa colocou a Ampla, recentemente, como uma das piores concessionárias em distribuição de energia.

Então, acho que o fato de irmos à Comissão de Minas e Energia, e o Presidente Eduardo da Fonte, com muita habilidade, deu o prazo de 6 meses para que realizássemos uma audiência pública em Angra, foi para que tivéssemos uma



solução para aquela região do sul do Estado do Rio de Janeiro, Angra, Mangaratiba, Parati e Rio Claro — parece que Rio Claro é Light — e apresentar soluções numa reunião, com a presença da ANEEL e do Presidente Marcelo Lievski, que estava presente mas que não pôde vir por estar em viagem ao exterior, conforme cobrou aqui o Deputado Luiz Sérgio.

Acho que tínhamos de aproveitar essa ideia do Deputado Eduardo da Fonte e colocar aqui também, porque não adianta ficarmos fazendo reunião atrás de reunião e a coisa não funcionar.

Vou fazer uma pergunta só ao José Moisés, da ANEEL. O senhor esteve presente àquela reunião de audiência pública — Angra dos Reis esteve presente com a comunidade, com os moradores que sentem na pele a atuação da Ampla —, e lá foi colocado por todos os Deputados os problemas que estamos vivendo. Inclusive, estou fazendo um relatório que estou finalizando para enviar à ANEEL, ao senhor, ao Presidente da Comissão, aos Deputados, às Câmaras de Vereadores. E havia 28 Vereadores presentes de diversas cidades. O senhor acompanhou tudo. Dissemos que havíamos feito a proposta de fiscalização e controle, que foi aprovada, para que verificássemos, não acusando a Ampla ou a Light, se, quando existe perda no transformador, quem está pagando por ela é o consumidor final, está indo para a conta do consumidor final ou se a Ampla ou a Light banca essa perda. Essa proposta de fiscalização e controle é para ver se aquele reloginho da casa do consumidor está marcando certo. Acho que o concessionário tem de estar sujeito à fiscalização, porque, do contrário, não é uma concessão.

Depois de tudo aquilo que o senhor viu lá, 15 dias depois daquela audiência pública, a ANEEL autorizou um aumento de tarifa para a Ampla. Eu até me senti meio fraco quando ouvi a notícia do aumento, porque estamos falando em fiscalização e controle para ver se está certo, com tanto problema que o Deputado Luiz Sérgio e outros Deputados colocaram aqui. Nós não somos contra — vivemos num País capitalista —, não somos contra o lucro. Foi importante terem mostrado aqui que a Ampla hoje é a 5^a maior empresa do mundo em distribuição de energia. É importante ouvirmos isso.

Acho que vocês estão aqui porque querem continuar. Nós não somos contra o lucro, somos a favor do lucro, mas, antes, vocês devem cumprir com a sua



obrigação, mas não estamos vendo isso. Falta investimento, falta manutenção, falta aquele cara que antigamente, quando as companhias eram a Light estatal e a CERJ, ficava de plantão e atendia à população, mas nem isso existe mais! Você não consegue falar com ninguém.

Vou fazer um relato ao Presidente, nosso colega Edson Santos, que ora preside a reunião e é autor do requerimento. Em Angra, para o senhor ter ideia, quando a comunidade quer ser atendida pela Ampla, ela reúne 100 moradores, seguram e prendem um caminhão da Ampla — a ANEEL escutou isso —, para que a polícia venha. Quando a polícia vem, a Ampla se sente constrangida e faz o serviço. É o ponto a que chegou. Aonde vai chegar? Estou achando que, e concordo com o Deputado Luiz Sérgio, a ANEEL tem de tomar outra posição na questão da fiscalização, porque, do jeito que as coisas estão indo, os problemas vão ficar cada dia maiores.

Esta Comissão externa que aprovamos, na antepenúltima reunião de audiência pública, foi unanimidade. Os Deputados do Espírito Santo e de todos os Estados aprovaram por unanimidade, porque o problema, Dr. José Moisés, não é só da Ampla e da Light, é problema do Brasil! Ontem recebi a visita da Ampla em meu gabinete e disse ao Guilherme: *“Você pode até justificar toda essa pressão que está recebendo de fiscalização e controle para seus controladores que o problema não é só da Ampla, não. O problema é do Brasil!”*. O problema é de todos. Não há um Deputado que vá defender aqui alguma empresa de distribuição de energia.

Reitero esta pergunta ao representante da ANEEL, José Moisés: como é que, depois daquilo tudo que o senhor ouviu, foi autorizado um aumento de tarifa a uma população que não está sendo atendida no que é básico, que é a luz, para funcionar a geladeira etc.? Porque é importante. Sem luz, não temos progresso.

Era essa a minha contribuição. Parabenizo os Deputados que solicitaram esta audiência pública, dizendo que devemos fazer alguma coisa unificada, porque os problemas estão avolumando-se. Quero ver, daqui a 6 meses, o que a Ampla vai dizer que fez e o que não fez. Acho importante que esta Comissão externa que aprovamos seja estendida a todo o País, e a proposta de fiscalização e controle em cima da Ampla e da Light é no sentido de que a ANEEL nos diga: *“Aumentamos por isso e por aquilo”*.



A minha pergunta é para o senhor: o que o senhor tem para nos dizer depois de tudo o que está ouvindo aqui? Agora, o senhor já concedeu o aumento. Quero dizer antes. Ou seja, por que, depois daquilo tudo, concede-se aumento a uma empresa que está com tanto problema, que teve 500 milhões de lucro? Não sou empresário também, mas não sou contra o lucro, desde que, como concessionária, possa prestar o serviço que está no contrato.

Era esse o meu posicionamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edson Santos) - Passo a palavra ao Deputado Raimundo Gomes de Matos, do PSDB do Ceará.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Sr. Presidente, nobres Parlamentares, este assunto já foi amplamente debatido na Comissão de Minas e Energia. Minha presença, mesmo não fazendo parte desta Comissão, é como representante da liderança do partido, como Vice-Líder. Esta Casa e os Parlamentares precisam trabalhar sem ser no momento de emoção, de crise e, acima de tudo, de pressão. Por exemplo, o Nordeste vive uma seca. É uma pressão danada agora. Choveu, acabou o problema. O Governo faz investimento, as obras hídricas não surgem...

Então, o ideal seria que esse assunto fosse debatido antes de surgirem os problemas, preventivamente, com a ANEEL, com as concessionárias. Creio que nenhum empresário, nenhuma pessoa que vá fazer investimento em concessionária vai assumir compromissos e fazer serviços de má qualidade. Isso é impossível.

Fui Prefeito da minha cidade. Recordo-me muito bem que, na Serra de Maranguape, uma ponte caiu, o poste foi embora, passamos dois dias para restabelecer a energia elétrica. Por quê? Porque tivemos de fazer uma vaquinha, na época, para contratar um helicóptero para levar um transformador, porque não chegava lá. A população não quer saber disso, não, nem o Governador, nem o Prefeito, nem a empresa concessionária.

A gente observa... A não ser que os indicadores estabelecidos no contrato da ANEEL com as empresas estejam totalmente errados. Aí é culpa do Governo, que estabeleceu uma pontuação para estabelecer como é feito o FEC e o DEC, porque, pelos dados das empresas, estão cumprindo. Se não cumprissem, a própria ANEEL iria eliminá-los. Deve haver uma cláusula no contrato que também eliminaria,



comutaria. O fato é que esses indicadores aparecem em momentos normais. Aí, muito bem: vai uma carreta e derruba um poste. A população, em se tratando de água e energia, não quer saber se foi carreta que derrubou o poste, se foi chuva, porque água e energia é uma situação de sobrevida, para a população e para a questão econômica do Município.

Então, essa Comissão é importante, o debate é importante, mas é bom também nós não aqui virarmos o advogado do diabo e dizer, desculpem-me o termo, que não se está fazendo nada, não se está cumprindo. Quando o Deputado pergunta: *“Ah! Os investimentos para 2013?”*. A não ser que ele não tenha lido a exposição. Agora, se esses investimentos de 2013 vão fazer efetivamente o que é necessário ou não, aí é outra história. Eu acho que ninguém de nós aqui é engenheiro elétrico para saber se o que está previsto aqui para 2013 vai resolver o problema ou não. Ninguém pode negar os dados.

Agora, preocupa-nos quando a ANEEL coloca que a sua missão... por isso, quando o Deputado fala da revisão da missão da ANEEL, ele tem uma missão de fazer a fiscalização do acompanhamento sobre a questão da transmissão. O planejamento de cada concessionária não passa por um crivo, nenhum conselho em que pudesse entrar o Prefeito, o Governador, a Agência para pactuar o que vai ser estabelecido. Eu creio que as empresas recebem as demandas. Qual é o peso dessas demandas que vão ser acatadas ou não?

Outro problema que a gente vê: que tempo leva o problema no transformador? Quando se fala que há subestações automatizadas, há os telecomandos. Quando há um problema a ser identificado, há um sistema que vai identificar, que é o transformador da rua tal, número tal, com potência tal. Desloca-se, às vezes, a equipe. Muito bem! Essa equipe já tem autonomia para chegar lá e fazer a retirada do transformador, já levando outro para poder otimizar? Porque a gente vê aqui, pelo relatório, que há uma média de 10 horas para um transformador ser substituído. Muito bem! Isso em constituições normais de clima, de pressão, de temperatura, sol e de chuva, mas, se o acesso está difícil, vai levar quanto tempo?

Então, por tudo isso, nós precisamos ter nessa pactuação todos esses indicadores e essas médias, porque se observa que tanto do FEC quanto do DEC há um declínio, há uma redução dos percentuais. É claro, como falou o nosso Dr.



José Moisés, o ideal é que não tenha problema nenhum, e é o que a população cobra. Você que está com a sua geladeirazinha, o cara que está lá no frigorificozinho com o seu material não quer saber se foi um poste, se foi chuva, se foi uma carreta que derrubou o poste ou não. Ele quer efetivamente o resultado.

Agora, a gente fica feliz quando o Dr. Moisés diz que vai fazer uma parte preventiva, uma ação preventiva. Eu acho que aí é um caminho. Em termos de legislação, esta Casa pode contribuir para rever a legislação atual, aprimorar a legislação atual, para que se possa ter as condições de fazer essa fiscalização, mas também aqui jamais nós poderemos deixar de estar do lado do consumidor, que é a pressão. Nós somos aqui os representantes legítimos do povo. Quer dizer, os Deputados lá na base ouvem.

Eu acredito que toda essa pontuação, a partir desses debates, se possa aprimorar. O nosso Deputado Edson Santos, com tanta sapiência e pela vivência que tem nesta Casa, está propondo que nós possamos, esta Comissão de Minas e Energia possa aprimorar, em termos legislativos, esse fato e esses contratos.

É claro também que, se eu sou empresa, tenho direito a ter um reajuste. É claro, está no contrato. Se está previsto reajuste, o Governo não tem... Se o Governo atesta que o órgão está fazendo um serviço, é automaticamente inquestionável. O que nós precisamos, é claro, é cobrar, acompanhar, fiscalizar e, como Parlamentares, monitorar todas essas ações, a fim de que nós possamos ter um serviço mais assíduo e de qualidade para a população brasileira.

É essa a nossa observação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edson Santos) - Antes de passar a palavra ao Deputado Marcelo Matos, eu quero dizer que nós vamos submeter aqui a esta Comissão essa atuação conjunta na Comissão Externa, já formalizada na Comissão de Minas e Energia, para que possamos acompanhar o desdobramento dessas audiências públicas.

Passo a palavra a S.Exa. o Deputado Marcelo Matos.

O SR. DEPUTADO MARCELO MATOS - Quero, primeiro, parabenizar o Deputado Edson Santos pela iniciativa desta audiência pública e dizer que também participei de uma audiência pública no Município de Mangaratiba, na qual estavam presentes representantes da Ampla. Fui Vice-Presidente da Comissão que



acompanhou os trabalhos de fornecimento de energia da Ampla e da Light no Estado do Rio de Janeiro. Tivemos várias visitas em alguns Municípios, estivemos na visita à Ampla e à Light e também na última reunião que houve na Comissão de Minas e Energia.

As apresentações, conforme falaram aqui os Deputados, são muito boas. O que se passa para o Parlamentar é que o trabalho está sendo excelente. Sabemos que melhorou bastante, melhorou, de 7 anos para cá. Foram aqui aplicadas as multas pela ANATEL. Teve melhora? Teve. Mas também eu acho que falta por parte das empresas informações ao consumidor.

Quando foram colocados *chips* no Estado do Rio de Janeiro, muitas pessoas se assustaram. A Comissão na época pediu à Light que fizesse um trabalho de informação ao consumidor para esclarecer por que estava sendo colocado aquele *chip*. Em algumas áreas houve o entendimento da população. Sabemos que ocorreu muita reclamação, mas houve o entendimento da população.

E outra questão que as empresas colocam é a sobrecarga. Muitas vezes, nos bairros, quando faz calor, a pessoa compra um ar-condicionado ou uma geladeira nova, e isso não é informado à empresa. Mas acredito que esse usuário também não sabe que tem que informar à empresa que colocou mais um ar-condicionado, mais uma geladeira. E acontece a sobrecarga nos transformadores.

Então, eu queria sugerir aqui que fossem feitas campanhas pelas empresas para que a elas fosse informado que está havendo um aumento de carga naqueles bairros ou Municípios.

E uma pergunta que eu faço aqui à ANEEL — fiz na outra audiência; infelizmente, não pude ficar até o final — é que foram aplicados à Light R\$ 61.906.000,00 em multas, do ano de 2007 ao ano de 2013, e à Ampla R\$ 44.954.000,00 em 7 anos, de 2007 a 2013. Parece muito, mas, se nós dividirmos, no caso da Ampla, em 84 meses, que significam esses 7 anos, daria R\$ 535.166,00. Dividido por 66 Municípios em que a Ampla tem o fornecimento, daria R\$ 8.108,00 por mês nesses 7 anos. Já na Light, nos 7 anos de multas, a divisão em 84 meses daria R\$ 736.976,00. Dividido por 31 Municípios, daria R\$ 23.773,00 por mês aplicados de multa. Acredito eu que não tenha um Município que funcione 100%.



Então, as reclamações são nos 92 Municípios no Estado do Rio de Janeiro. Qual percentual dessas multas foi pago pelas empresas nesses 7 anos em que elas trabalharam e foram multadas?

Era isso que eu queria falar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edson Santos) - Gostaria de adendar, com a aquiescência do Deputado Marcelo Matos, no que se refere à informação, não só a questão do domicílio individual. Por exemplo, em Jacarepaguá nós temos o fenômeno da verticalização das construções. Onde nós tínhamos sítios, hoje temos prédios; onde moravam uma ou duas famílias, hoje moram 40, 50 famílias. Isso é informado à empresa Light, no caso, para que haja um reforço no fornecimento de energia naquela área?

É importante sabermos disso também para que possamos atuar, caso esse problema se verifique em outras áreas, assim como a Prefeitura, que autoriza a construção de prédios, e também o Sindicato da Construção Civil, para que o argumento do aumento da carga não seja utilizado para explicar os problemas que nós estamos vivendo no Rio de Janeiro.

Passo a palavra ao Deputado Eurico Júnior.

O SR. DEPUTADO EURICO JÚNIOR - Queria, em primeiro lugar, parabenizar o Deputado Federal Edson Santos, autor do requerimento desta audiência pública, e também os Deputados Federais que me antecederam: Necá, Luiz Sérgio, Fernando Jordão e o nosso Deputado do Ceará Marcelo Matos.

Deputado Marcelo, sobre esse último ponto que o Deputado Edson Santos também colocou, eu mesmo não sabia que, ampliando ou colocando mais um equipamento ou mais um eletrodoméstico em nossa casa, nós teríamos que comunicar à concessionária Light ou à Ampla. Eu acho que não custa nada, na conta de luz, vir essa informação, ser passada essa informação. Eu confesso que não sabia. Quando V.Exa. falou agora aqui, eu fiquei assustado. E olhe que eu leio, eu escuto, eu estou sempre participando e debatendo em reuniões.

Eu queria colocar aqui quatro pontos para a Light. A Light atende a nossa região, Paty e Vassouras, onde eu atuo e fui duas vezes Prefeito, e Municípios vizinhos. Saúdo aqui o Eduardo Camilo, esse grande parceiro, esse grande homem da Light. É muito importante ver você aqui nesta audiência.



Camilo, vou tratar de quatro pontos, mas dois são essenciais. Os fios hoje enfeiam e atrapalham o desenvolvimento dos Municípios turísticos, como Paty do Alferes, Miguel Pereira, Vassouras, Mendes e Engenheiro Paulo de Frontin. É uma tristeza! É uma vergonha! A gente vê 30, 40, 50 fios. Há um poste em Paty do Alferes, na esquina principal, onde é o ponto dos eventos, ali, na Sebastião de Lacerda com a Praça Professor George Jacob Abdue. E deve ter uns 100 fios naquele poste. É uma coisa horrível! Dá medo! É incrível! Esse é um ponto.

Outro ponto: a falta, a queda constante de energia elétrica. Hoje, a demora nos reparos se dá até em 2 dias. Eu nunca tinha visto isso. Mas, nos últimos tempos, de uns 2 ou 3 anos para cá, estão-se levando até 2 dias para recuperar a energia após a queda em alguma região.

Na zona rural lá de Paty do Alferes, outro dia eu estava conversando com um rapaz que foi até nosso candidato a Vereador, cadeirante. Além de produtor, ele tem uma fábrica de sorvete. Ele falou: *“Júnior, eu perdi todos, porque a Light levou 3 dias para voltar com a energia lá no Bairro do Rio Pardo, no Congo, em Coqueiros”*.

Então, vemos que, no lugar da equipe que a Light tinha, daqueles carros de manutenção que ela tinha, hoje, há uma firma terceirizada, mas tem 10 vezes menos servidores do que tinha na época, e aumentou em dez vezes o número de residências atendidas. Então, se se fizer esse termo, é uma grande diferença. Há perda para vários consumidores. Alguns grandes ainda reclamam, mas a maioria dos pequenos, e é grande maioria, nem sabe como reclamar da perda deles, da queima da televisão, da geladeira, do aparelho, do que eles perderam de produtos na geladeira. Não tem como. Eles dizem: *“Ah, perdi. Comprei carne, comprei frango...”*. Não sabem, não têm como provar, não guardaram a nota. Então, é um ponto importante.

O terceiro ponto é como está o convênio da Light com as Prefeituras sobre a manutenção da rede de iluminação pública. O que a gente tem visto é um número enorme de lâmpadas queimadas, e o morador não sabe se reclama na Light, se reclama na Prefeitura, um mês o convênio é da Prefeitura com a Light, outro mês não tem mais, é a Prefeitura que faz. Aí, a Prefeitura fala que a Light deixou, que tem que fazer licitação, e que demora. Então, como é que está essa situação na verdade?



E o quarto ponto: a Light, com esse lucro enorme que teve, poderia investir parte dele no primeiro ponto que eu coloquei, que é tirar a rede aérea, fazer a rede subterrânea, e fazer um projeto em parceria com as Prefeituras. Muitas Prefeituras estão com um projeto aí, fazendo melhorias de infraestrutura na sua parte urbana — pavimentação de ruas, e tudo —, e se houvesse essa parceria da Light, poderia, antes de se fazer a obra, ela já colocar a iluminação subterrânea, substituindo a rede aérea, que, principalmente no centro da cidade, cria um caos total nesses Municípios que são turísticos.

Outro ponto: se não tem como a Light, que é a grande parceira de todos os Municípios — onde atende com a parte de eventos, quando libera um recurso para projetos culturais, não só em aniversários, como o Festival do Vale do Café, o Festival de Inverno, e outros grandes eventos em que sempre é parceira das Prefeituras —, se ela também não pode entrar em parceria para preservar prédios tombados pelo patrimônio histórico, que já têm o incentivo da Lei Rouanet, como igrejas. Por exemplo, Paty do Alferes, em que a igreja matriz é tombada e tem o projeto aprovado da Lei Rouanet, tem dificuldade de captar recursos junto às empresas para poder recuperar esse patrimônio. Nós temos em Paty, em Miguel Pereira, em Vassouras, em Mendes, em Paulo de Frontin, em Barra do Piraí e em Valença muitos prédios históricos que precisam ser recuperados. Eles até conseguem aprovar os projetos culturais, mas a grande dificuldade é captar esses recursos. Se a Light não poderia também entrar em parceria, como entra apoiando os eventos, para preservar esses prédios, que seria de vital importância para preservar também a história da nossa região?

E já fica o meu grande abraço a esse grande amigo, Eduardo Camilo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aníbal Gomes) - Bom, o Deputado Hugo Leal não está inscrito, mas...

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Eu gostaria, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aníbal Gomes) - Por favor, Deputado.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Agradeço a V.Exa. Infelizmente eu não pude acompanhar esta audiência no todo, mas assisti a uma parcela considerável desse trabalho, do que foi apresentado aqui, e eu vou me limitar a fazer uma pergunta, que se vai desdobrar em duas, exatamente para as duas empresas. Não



há nada específico, pontual aqui. Os assuntos que nós temos que resolver, pontuais, a gente resolve com as próprias empresas. E assim tem sido feito, e alguns casos têm sido resolvidos.

Eu vou trazer duas grandes preocupações do Estado do Rio de Janeiro, uma, na área sul, outra na área norte. Na área sul, que é a região da Light, nós temos um crescimento exponencial na área de Porto Real, Resende. Nós temos ali a PSA Peugeot Citroën, a MAN, que é fábrica de caminhões da Volkswagen. Temos agora a instalação da Aliança, que é uma *joint venture* da Nissan e da Renault. E já estão instalando uma plataforma lá para a construção, a ampliação, ou seja, para a montagem de veículos. Nós temos a ampliação de outras empresas naquela região, ali, do sul Fluminense, em Resende, em Porto Real, em Barra Mansa. Há uma área que tem sido escolhida, inclusive por empresas que estão saindo de São Paulo e optando por se instalar naquela região. E há uma grande preocupação, é óbvio. Foi até apontada por uma das empresas que tinha esse trabalho, essa intenção, que é a Michelin. *“Será que eu teria carga suficiente, será que eu encontraria material, ou seja, energia suficiente para poder atender essa demanda?”* Então, essa é uma preocupação que, com certeza, é minha, mas é da própria empresa também. Eu não tenho nenhuma dúvida. Nós estamos falando aqui das dificuldades, das questões de queda, e tudo o mais, mas nós estamos falando, também de expansão. O Rio de Janeiro vai dar conta disso? Quais são as previsões?

Porque uma dessas empresas me questionou isso, segunda-feira, lá em São Paulo, dizendo o seguinte, Deputado Edson Santos: *“Mas por que falta energia lá na região sul? Não teria razão. Nós estamos, sei lá, a 60 quilômetros da Usina Nuclear de Angra dos Reis, nós temos a Barragem da Light, enorme, se não me engano em Piraí — tem Resende e tem em Piraí”*. Bom, eu disse assim: *“Nós vamos perguntar isso, até porque essa é a perspectiva”*. De acordo com o que é óbvio qualquer empresa que vai se instalar num local desse tem que ter a perspectiva. E obviamente tem dialogado com os principais fornecedores de energia. Qual é a principal alternativa?

Parabenizo e agradeço a presença da representação das duas empresas aqui.



E agora para a Ampla eu vou me limitar aqui a falar de um Município especificamente, que é uma causa de grande preocupação. É outro Município de potencial crescimento no Estado do Rio de Janeiro: Macaé. A indústria petroleira está toda se voltando para a cidade de Macaé. A oferta de material humano e tecnologia está crescente a cada dia. Eu estou falando isso porque tenho visitado a região, o Município de Macaé, especificamente, e a maior preocupação é porque parece que a Ampla, que, nesse caso, é a fornecedora que atua naquela região, ainda está aquém do que está acontecendo com a cidade de Macaé.

Foi feita uma reunião, salvo engano, na semana passada lá, quando isso foi discutido. Mas nós estamos falando da indústria de petróleo que está em expansão no Município, e é um crescimento exponencial também. Nós estamos falando de indústria de tecnologia que se está instalando no Município. E estamos falando, Deputado Edson Santos e aqueles que não conhecem, que há horário de desligamento de rede lá. Há horário. Isso aí ocorria em situações onde havia crise de energia. Parece que deve estar acontecendo isso com Macaé. Porque há horários em que a energia, em determinados momento, é interrompida.

Estou falando não só da questão doméstica, mas também dessas grandes empresas de petróleo, e até da indústria. Ou seja, são dois locais aqui, na região sul. Mas, na região norte, os problemas são muito maiores, e são potenciais cidades e regiões de crescimento do Estado. Ora, se nós não conseguirmos atender a essa demanda, com certeza, não vai adiantar tentarmos achar que vamos resolver os problemas do Estado como um todo.

Então, são pontuais: a região sul, com a expansão que nós estamos tendo ali, no parque metal mecânico e em Macaé, especificamente, o que a Ampla tem a dizer com relação aos investimentos que estão previstos para Macaé, a expansão da rede em Macaé, e como é que vão atender à expansão da indústria do petróleo e da indústria de tecnologia?

E, obviamente, eu gostaria de ouvir a manifestação do representante da ANEEL em cima dessas duas vertentes das expansões.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edson Santos) - Bom, chegando ao final das interpelações dos Deputados, eu passo a palavra agora aos expositores.



Eu quero pactuar aqui, evidentemente, vai exigir uma capacidade de síntese, mas vou dar 10 minutos para cada expositor fazer suas considerações sobre os questionamentos aqui ouvidos.

(Não identificado) - Para a Light, 20 minutos

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edson Santos) - Oi?

(Não identificado) - Proponho para a Light 20 minutos, porque foi muita pancada nossa. (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edson Santos) - Há uma certa flexibilidade. Ninguém vai cortar a palavra aqui. (Risos.) Mas eu acho que é razoável.

Passo, então, a palavra ao representante da Light, Sr. José Eduardo Portes ou ao Sr. Eduardo Camilo, de acordo com o entendimento de vocês aí, por 10 minutos.

O SR. EDUARDO CAMILO - Bom, Deputado, precisamos realmente dos 10 minutos, devido à quantidade de perguntas, e algumas muitas específicas, que vão exigir pesquisa de alguns números que não estão na cabeça agora...

Eu até proponho que isso seja entregue às concessionárias, pelo menos para a Light, sim, e que a gente possa responder *a posteriori*, porque nós vamos conseguir agora, nesses 10 minutos, 15 minutos, dar uma resposta mais abrangente, do que se está fazendo, investimentos, enfim, e algumas pontuais. Mas, se forem encaminhadas, elas terão o prazer de responder uma a uma, com números, com bastantes subsídios. Está O.k.?

Bom, vou passar a palavra ao Hilário. Ele vai falar alguma coisa técnica. Depois, eu vou responder a algumas perguntas que foram feitas, como a questão de patrocínio.

O SR. JOSÉ HILÁRIO PORTES - Eu acho que há elementos bastante importantes aqui para a gente conversar e se nutrir, inclusive, das percepções dos senhores nessa troca. Eu vou deixar algumas questões do Deputado Manuel Rosa, desculpe-me, Luiz Sérgio, que está fora. Mas, vamos lá.

A área informal ou área formal.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. JOSÉ HILÁRIO PORTES - Então, exatamente. Nós temos uma realidade que não foi construída agora, quer dizer, é uma sucessão de eventos de



décadas, que resultaram num nível de perdas, na área de concessão da Light, equivalente ao Estado do Espírito Santo. E quando nós dizemos isso, que é informal, significa que não é uma energia medida, que se recebe uma conta com aquilo que foi medido e, consequentemente, aquilo que não foi pago; que não foram instalações feitas pela Light. Quer dizer, isso é uma consequência de... Não é da noite para o dia que isso aconteceu. E quando falamos desse combate à informalidade, ou seja, aquela energia que não é passada pelo medidor, que não é faturada, e não é recebida, é disso, Deputado, que nós falamos ali, do informal. E formal é aquilo que eu consigo mapear, planejar objetivamente, e atender. Aquilo que eu não consigo, eu vou primeiro restabelecer a busca dessa energia, que é equivalente à concessionária do Espírito Santo.

E quanto a esse consumo informal, aí, falando um pouquinho também que, em nenhum momento, eu quis dizer que a culpa é do usuário. Pelo contrário, a responsabilidade é nossa. Não é nesse sentido, e nem da superficialidade de dizer que é do cliente, embora as próprias resoluções da ANEEL dão conta de quando é a responsabilidade do usuário. Existem, sim, responsabilidades objetivas dos usuários quando não cuidam das suas instalações, conforme a legislação, embora eu concorde, Deputado Eurico, também, que falou sobre a questão da informação, e o Deputado Marcelo...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível).

O SR. JOSÉ HILÁRIO PORTES - Ele confirmou o que o Deputado Marcelo colocou, que é provável que nós estejamos pecando um pouco nessa parte de informação, que é fundamental para que haja esse intercâmbio de dados fundamentais para se planejar.

Então, área informal e formal, eu não sei. Aí, o senhor é que vai me dizer se eu fui mais claro ou não na questão. Quer dizer, existe, de fato, objetivamente, não é superficial e nem é virtual; é real. Ou seja, na área de concessão da Light nós temos um consumo informal bastante grande.

A questão do lucro líquido, quer dizer, nós colocamos aqui apenas os investimentos objetivos, eu não coloquei os custos de manutenção, tudo o que se gasta com essa recuperação das perdas. Mas, certamente, se nós considerarmos o orçamento, nós estamos falando de 1 bilhão, 1 bilhão e 100 milhões, como o



orçamento completo da companhia, não é? E os 550 milhões, eu vou refinar um pouco mais essa questão do quanto é do *chip*.

Na verdade, o *chip* é um medidor que possibilita que se faça um controle mais efetivo do consumo de energia. E é verdade que quando é substituído esse medidor, e não há essa possibilidade do consumo informal, a conta do cliente, de fato, é majorada. Mas, volto a dizer, provavelmente, a questão da informação pode estar comprometendo o entendimento desse novo consumo que o cliente começa a perceber a partir do momento em que recebe essa conta.

O SR. DEPUTADO MANUEL ROSA NECA - Eu gostaria de interromper.

O SR. JOSÉ HILÁRIO PORTES - Pois não.

O SR. DEPUTADO MANUEL ROSA NECA - Permita-me. Mas, majorado em quanto? Em Nilópolis, não sei, haveria área informal no Município de Nilópolis, onde eu resido? É a pergunta. Há área informal?

O SR. JOSÉ HILÁRIO PORTES - Sim, existe. Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO MANUEL ROSA NECA - Mas as pessoas, quem recebe uma conta está dentro da informalidade?

O SR. JOSÉ HILÁRIO PORTES - Pode estar, parcialmente.

O SR. DEPUTADO MANUEL ROSA NECA - Ah, parcialmente.

O SR. JOSÉ HILÁRIO PORTES - Não se diz que ele recebeu a conta e essa conta esteja refletindo a totalidade do consumo que ele utiliza.

O SR. DEPUTADO MANUEL ROSA NECA - O senhor diria que é normal uma pessoa que pagava uma conta de 50 reais, aí, coloca o *chip*, passa para 350 reais?

O SR. JOSÉ HILÁRIO PORTES - Vai depender muito das cargas que estão ligadas.

O SR. DEPUTADO MANUEL ROSA NECA - Pois é, mas não passou para 350. Há casos em que passa para 700 reais. Casa com uma geladeira, sem ar refrigerado, com um ventilador desses de... Então, a questão toda... Acontece, a gente está começando a enxergar esse lucro fantástico da companhia. Não houve critério para colocar esse *chip*. Não houve critério técnico que embasasse a instalação do *chip* e mostrasse ao consumidor, “*Olha, de fato, eu tinha aqui um gato.*” — que é o termo que o povão usa — “*Eu tinha um gato aqui, na minha*



residência, e agora eu quero consertar isso.”. Além do mais, instalado o *chip*, ainda mandaram contas retroativas. Pena que eu não as trouxe. Eu tinha...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edson Santos) - Deputado Necá?

O SR. DEPUTADO MANUEL ROSA NECA - Pois não, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edson Santos) - É que nós estamos com um problema aqui: às 2 horas há reunião da explosiva Comissão de Direitos Humanos, e nós temos que...

O SR. DEPUTADO MANUEL ROSA NECA - Então a Light vai ser salva pelo gongo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edson Santos) - (Risos) Teremos que encerrar aqui, dentro desse prazo. E é 1h18min. Infelizmente, eu acho que nem todos os questionamentos que fizemos aqui serão contemplados.

O SR. DEPUTADO MANUEL ROSA NECA - Eu vou me dar por satisfeito. Eu só queria a questão do *chip*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edson Santos) - Eu peço desculpas a V.Exa., mas é o tempo que nos constrange.

O SR. DEPUTADO MANUEL ROSA NECA - Não, não. Eu vou me dar por satisfeito, desde que me expliquem essa questão do *chip*. E que me informe depois, também. E aí...

O SR. EDUARDO CAMILO - Deputado, eu faço questão de explicar..

O SR. DEPUTADO MANUEL ROSA NECA - ... seria, Eduardo Camilo, a questão dos eventos.

O SR. EDUARDO CAMILO - Eu faço questão. *A posteriori*, terminando a reunião, eu posso (*ininteligível*.) Podemos marcar uma hora. A Light...

O SR. DEPUTADO MANUEL ROSA NECA - Então, vamos avançar na questão do *chip*, para eu sair daqui convencido que isso foi bom para a população.

O SR. EDUARDO CAMILO - Agora? Como é que ficou a questão do tempo?

O SR. DEPUTADO MANUEL ROSA NECA - Não, só para terminar. Só para terminar o meu questionamento aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edson Santos) - Não, olha só, nós já estouramos o tempo de resposta dos senhores.

O SR. EDUARDO CAMILO - Então...Eu...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Edson Santos) - Mas, em deferência ao Deputado Necá, que coloca isso como uma questão importante, e é importante, principalmente nas áreas carentes, eu solicitaria aos senhores que...

O SR. EDUARDO CAMILO - Tá, rapidamente, só falando da questão do medidor eletrônico. Então, como o Hilário já colocou, o critério... Só para os senhores terem uma ideia, a Light começou a instalar essa medição eletrônica por áreas onde são formais, na Barra da Tijuca, e nos condomínios de alto luxo, onde também existe alguma informalidade. Nós pegamos diversas residências, desses condomínios de luxo, onde parte do consumo não era medido.

Então, o critério, por exemplo, primeiro, nós começamos por lá. E hoje em dia nós buscamos as áreas onde ocorre o maior percentual de perdas. Nós temos o balanço daquilo que é levado a uma determinada região, de energia, e o que deixa de ser faturado, não é? Então, aquilo é um indicativo de que aquela área é uma área de grande percentual de perda.

Como o Hilário colocou, na área de concessão da Light — eu não estou falando do Estado do Rio de Janeiro —, na área de concessão da Light se perde, de energia, o que é faturado no Estado do Espírito Santo, para o Deputado ter uma ideia de quanta energia deixa de ser faturada.

Então, nós começamos por lá. E hoje o critério são áreas — não é o Município A, B ou C — onde o maior percentual de perda se apresenta. Esse é o nosso critério.

Todos esses medidores são homologados pelo INMETRO. E o IPEM, numa fiscalização do Governo do Estado junto à Light, comprovou que, na medição com o medidor eletrônico e a medição com o medidor convencional, eletromecânico, não há diferença — onde a carga está sendo totalmente medida. Então, realmente, por medições, por homologação, nós, da concessionária, não temos como falar. Agora, verificamos nessas incursões, com o IPEM, inclusive, e com alguns Deputados Estaduais do Rio de Janeiro, que, como a conta está informal, a pessoa não se preocupa muito com a conta — muitas vezes, ela cede energia para a residência do lado, possui alguma coisa a mais que não declara em visitas normais ou até mesmo diz, quando chega ao gabinete: *“Ah, só tenho mesmo uma geladeira”*, mas não é só uma geladeira, mas uma geladeira e um freezer.



Não estou justificando qualquer tipo de conta. A todo e qualquer caso que o Deputado tenha a Light vai junto, até com alguém do Deputado, e nós vamos investigar ponto a ponto, como já fizemos em diversas residências, com o PROCON, com a ALERJ. E teremos o prazer em ir se tiver algum caso em que haja dúvida. Estaremos juntos fazendo isso, como já fizemos.

Não sei se eu consegui explicar tudo nesse rápido tempo.

Agora, a questão da parceria. A Light tem parceria com seus 31 Municípios. Nesta questão das festas, dos eventos, a Light entende de levar desenvolvimento e cultura a sua área de concessão. E não há nenhuma influência da Prefeitura, nenhuma, nenhuma influência, até porque a Prefeitura não estabelece se vai ser instalado o medidor ou não. Isso é uma prerrogativa do contrato de concessão que é atribuído à concessionária e do critério que acabei de lhe contar. Então, não existe nenhum tipo de direcionamento por conta de ação política ou administrativa de nenhuma Prefeitura. E a Light tem isonomicamente esse programa para as 31 Prefeituras da sua área de concessão. Isso já responde um pouquinho ao Deputado Eurico, a quem agradeço a deferência. A Light procura investir, e o Deputado sabe muito bem disso, na cultura, no desenvolvimento da área de concessão. Agora a gente não consegue abraçar tudo, a nossa perna às vezes é pequena.

O SR. DEPUTADO EURICO JÚNIOR - Quanto à questão levantada do prédio, dos patrimônios, haveria essa possibilidade?

O SR. EDUARDO CAMILO - Não há como massivamente apoiar, até porque o nosso recurso da Lei Rouanet não é tão grande. Já tive até a oportunidade de lhe explicar isso.

Agora, rapidamente, a questão dos cabos. A gente olha para um poste e sabe que ele não é só para os fios de energia elétrica, o Deputado sabe disso: nós temos ali telefonia, transmissão de dados, NET, operadoras de Internet, etc. Quanto à questão de ser subterrâneo ou não, o representante da ANEEL, o nosso colega Moisés, pode falar sobre isso muito bem. É o seguinte: a rede subterrânea pede um investimento caríssimo, em média oito vezes o da rede aérea. E, em se enterrando, ou seja, colocando a rede subterrânea, primeiro não é só o investimento da Light, há também o investimento de toda a telefonia e Internet e o investimento da Prefeitura, pois a responsabilidade do ativo da iluminação pública já há algum tempo é da



Prefeitura. Então, a Prefeitura também teria que ter recursos para fazer toda a sua rede subterrânea e o seu posteamento para a iluminação pública. É uma coisa que encarece sobremaneira e vai bater na tarifa, porque, invariavelmente, esse investimento vai ter que ser remunerado. Seja quem for que estiver operando, ele vai ter que ser remunerado e, então, a tendência é a tarifa subir. Isso em rápidas palavras.

Quanto à manutenção da iluminação pública, a Light hoje não faz manutenção pública em mais nenhum dos seus 31 Municípios. Hoje, a responsabilidade toda é da Prefeitura. A Light não tem mais nenhum contrato de manutenção.

Obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edson Santos) - Deputado Eurico, sinto muito, mas tenho de passar a palavra para o representante da ANEEL.

O SR. DEPUTADO EURICO JÚNIOR - Só complementando o que o Deputado Matos falou, solicito que a Light, então, possa responder os questionamentos dos outros Deputados para todos os gabinetes dos membros da Comissão.

O SR. EDUARDO CAMILO - Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edson Santos) - Perfeito, Deputado.

O SR. DEPUTADO MANUEL ROSA NECA - Só para encerrar, Sr. Presidente, uma pergunta. É a CEMIG que controla a Light?

O SR. EDUARDO CAMILO - É, hoje o controlador da Light é a CEMIG.

O SR. DEPUTADO MANUEL ROSA NECA - Agora entendo a defesa do nosso Deputado do PSDB; está explicado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edson Santos) - Passo a palavra para o Sr. José Moisés Machado da Silva, da ANEEL.

O SR. JOSÉ MOISÉS MACHADO DA SILVA - Foram muitos pontos. Eu vou tentar respondê-los de uma forma abrangente, mas ficarei à disposição. Aliás, vou começar pela pergunta mais difícil, que foi a do Deputado Fernando Jordão, sobre tarifa.

Talvez eu não seja a pessoa adequada para falar sobre esse assunto, porque sou da área de Fiscalização. Existe uma área de Regulação Econômica que leva o



processo de tarifa a uma Diretoria que a aprova. Vou falar sobre o que eu sei do assunto, mas obviamente vou levar a questão do senhor, que é importante, para a ANEEL. Há uma previsão contratual com regras de como deve se proceder quanto à tarifa, e é feita, na ANEEL, uma metodologia, que é discutida em audiência pública.

Então, o que a ANEEL faz é executar aquela metodologia aprovada em audiência pública, mas os requisitos contratuais, e chegar a um valor de tarifa. Mas eu entendo a sua questão ao dizer que *“Nós estamos falando que há uma falha na prestação de serviço da concessionária”* e há um aumento de tarifa. É uma preocupação, eu vou externar isso à Agência, mas o que eu posso dizer a V.Exa. é que isso foi o resultado desta combinação de fatores: a questão de legislação, de contrato de concessão e de metodologia de revisão tarifária. Mas eu vou levar a preocupação de V.Exa. para a Agência.

A questão de investimento foi algumas vezes falada aqui. A ANEEL não faz a fiscalização da execução de investimento. Há uma assimetria de informação muito grande. Quem sabe o que é necessário fazer na empresa é a própria empresa. A ANEEL não tem como definir isso. Nas poucas vezes em que a gente pediu um plano, porque achava que a situação estava muito crítica, como, por exemplo, nas questões da rede subterrânea do Rio, depois o próprio TCU argumentou: *“Agora você prove que este é o plano que resolve o problema”*. Não é possível a gente aprovar e dizer que um plano resolve o problema, porque há assimetria de informação. Quem sabe dizer se um plano é condição necessária, suficiente e mais adequada para resolver o serviço é a própria concessionária. O que nós fiscalizamos é a prestação do serviço.

Foram colocadas aqui algumas questões, inclusive pelo Deputado Edson e pelo Deputado Hugo, sobre fiscalização. A gente não faz a fiscalização de implantação de obras e investimentos associados, embora os investimentos sejam previamente colocados na ANEEL. A gente acompanha se a ordem de grandeza do investimento está sendo realizada. Isso a ANEEL faz. Isso pode servir numa ação preventiva, mas não numa fiscalização punitiva.

Com relação à questão dos indicadores, que acho foi colocada aqui pelo Deputado Raimundo Gomes, a gente está sempre aferindo se eles estão adequados ou não, e faz uma trajetória, que é sempre de diminuir a margem dos indicadores. E



esses são baseados em informações razoáveis de desligamento. Os desligamentos acontecem na rede por chuva, descarga atmosférica, batida de carro. O que a gente quer é que isso seja retornado o mais rápido possível e que os desligamentos sejam minimizados pela ação da empresa. Existem limites permitidos, e o que estiver acima está violando o regulamento — e a ANEEL está sempre diminuindo esses limites. Mas não há nenhuma cláusula automática no contrato dizendo que se o limite for violado a concessão será cassada ou coisa parecida.

O Deputado Marcelo Matos, da outra vez, na outra audiência, fez esta conta, e foi interessante fazê-la ao vivo, de quanto é a multa dividida pelo número de municípios, dividida pelo número de anos, pelo número de meses. E chega-se ao número, sei lá, de 8 mil, 10 mil, 15 mil por mês. Realmente essa é uma conta dura. Nós não enxergamos assim, mas que a empresa tem um serviço a ser prestado. A violação tem uma dosimetria e a empresa é multada por aquilo. Mas, como eu disse no começo, a gente entende que a multa não é suficiente. Ela é, em si, uma medida no sentido de direcionar a correção de rumo da empresa, mas não é suficiente. Por isso é que eu falei, no começo, que nós temos que fazer um trabalho mais preventivo e a multa ser só a última instância para aquilo que não se resolveu.

Então, a conta que o Deputado faz realmente nos faz pensar se vale a pena para a empresa investir se a multa, dividida pelo número de consumidores ou de municípios, for tão pequena. Nós preferimos acreditar que a empresa deve prestar o serviço público adequadamente e a multa ser só em última instância. A gente tem que fazer um trabalho de acompanhamento e a empresa tem que executar o serviço adequadamente. Então, eu entendo a preocupação de V.Exa. quanto à conta, mas é o que eu tinha a dizer.

Com relação à pergunta do Sr. Deputado Edson Santos, a Agência Reguladora do Estado do Rio de Janeiro, AGENERSA, enfim manifestou interesse em fazer um convênio com a gente. Eu fui lá há uns 2 meses, fiz uma reunião com eles, inclusive na presença da... Primeiro eles estiveram aqui com o então Diretor-Geral Nelson Hübner, depois eu fui ao Rio para colocar os termos para se fazer um contrato. Eles estão avaliando a situação para fazer um convênio, para funcionar a partir do ano que vem. A gente espera que esse convênio com a AGENERSA tenha sucesso.



Eu acho que é só isso. Se eu me esqueci de alguns pontos, estou à disposição.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Desculpe-me, Presidente, mas, no caso da Light, eu não ouvi se houve a questão da expansão da região sul.

O SR. EDUARDO CAMILO - Essa área é da Ampla.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edson Santos) - Resende é Ampla.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Ah, é da Ampla? Então, cometí um equívoco. Como todo o sul é da Light, eu estava achando...

O SR. EDUARDO CAMILO - Sim, mas esse pedacinho é da Ampla.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edson Santos) - No caso de Resende, é Ampla.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Maravilha. Então, aqui vai ficar tudo na conta da Ampla; a da Light já está paga, então.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edson Santos) - Tudo será amplamente respondido. (Risos.)

O SR. DEPUTADO MANUEL ROSA NECA - Presidente, eu vou ter que sair.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edson Santos) - Está autorizado, Sr. Deputado.

O SR. DEPUTADO MANUEL ROSA NECA - Então, eu estou aguardando do senhor a informação sobre o aumento da tarifa.

Quero informar aos diretores da Light que o Prefeito de Vassouras está fazendo uma obra importante naquela cidade histórica, um mirante. É importante que a Light esteja atenta e o ajude na questão da iluminação artística daquele monumento, uma coisa linda que o Prefeito está fazendo em Vassouras. Esse é o pedido que faço à Light.

(Não identificado) - O.k. Pode deixar, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edson Santos) - Passo a palavra ao Sr. Fábio, para responder aos questionamentos feitos à Ampla.

O SR. FÁBIO FONSECA - Bom, começando pelo questionamento do Deputado Luiz Sérgio com relação ao carregamento do nosso sistema, que estaria operando no limite, e especificamente com relação à Costa Verde e aos 26 alimentadores que nós temos nessa região, o próprio relatório de fiscalização da



ANEEL, que foi apresentado aqui na audiência pública, indicou três alimentadores do total de 26, sendo que todos eles fazem parte do planejamento na nossa área de Engenharia. Dois estão localizados no Município de Paraty, onde justamente agora, em 2013, nós estamos construindo uma nova subestação na localidade de Patrimônio, que vai aliviar o carregamento dos dois alimentadores indicados na fiscalização. O terceiro alimentador fica no Município de Mangaratiba: a nossa área de Engenharia também tem um projeto de construção de um novo alimentador, para alívio desse carregamento.

É importante ressaltar que esses equipamentos não ficam operando permanentemente próximo ao seu limite. Existe um sistema de medição que registra, nos momentos de maior consumo, em determinada data e por um determinado tempo — que às vezes não ultrapassa 30 minutos, 1 hora — que o equipamento está chegando ao seu limite. Então, esses dados são monitorados por nossa área de Planejamento e Engenharia que justamente propõe os investimentos para aliviar esses carregamentos. Nesse caso, ambos os investimentos já estão previstos e esta subestação em Patrimônio deve ficar pronta neste ano de 2013, favorecendo a confiabilidade do sistema elétrico da região da Costa Verde.

Bom, a próxima questão seria apenas um esclarecimento com relação ao questionamento do Deputado Fernando Jordão sobre o desempenho na Semana Santa. Só para esclarecer, os dados que eu apresentei falam justamente de alimentadores que desarmaram. Na Semana Santa do ano de 2012 foram dois alimentadores, impactando aproximadamente 15 mil clientes. Na Semana Santa de 2013, nenhum alimentador desarmou. Mas isso não quer dizer que não houve interrupção de energia em outros trechos do nosso sistema.

Bom, na sequência, eu quero esclarecer a pergunta do Deputado Hugo Leal, justamente com relação ao sistema de suprimento da região de Resende, já passando a informação concreta. Nos últimos 5 anos, nós investimos cerca de 11 milhões na expansão e melhoria da rede elétrica dessa região, justamente para atender ao crescimento industrial.

Vou citar as principais obras.



Reforço da linha de interligação, de suprimento: nós recebemos o suprimento da Light nessa região. Houve nessa região um reforço, o aumento de 50% na capacidade de atendimento, ou seja, de 120 MVAs para 180 MVAs.

Em 2012, nós construímos e inauguramos uma nova subestação no Município de Porto Real, com uma potência instalada de 15 MVAs, num investimento total de 6 milhões de reais, e, além da subestação, três novos alimentadores, justamente para atender não só a população local como as indústrias que aí se instalaram.

Também fizemos a ampliação da subestação de Itatiaia. Nós ampliamos a capacidade dessa subestação de 15 MVAs para 25 MVAs, além das melhorias nas subestações e linhas que atendem essa região. Nós não temos problema de disponibilidade de atendimento nessa região. Para 2013, está prevista a instalação, com um investimento de 1 milhão e 700 mil reais, do banco de capacitores nas subestações de Itatiaia e Retiro Saudoso, o que também otimiza a capacidade de suprimento à região industrial.

Em 2014, haverá um investimento de 3 milhões e 300 mil reais na ampliação, ou melhor, na construção de uma nova subestação, a que chamamos de Subestação de Liberdade, que fica localizada no Município de Resende.

Além dessas ações realizadas e previstas, nós temos um contato permanente com a Empresa de Pesquisa Energética, EPE, que faz todo o planejamento do sistema elétrico nacional, justamente fazendo um estudo para a definição de um novo ponto de suprimento à região elétrica de Resende, justamente para atender aos empreendimentos que estão sinalizados. E, por outro lado, esses empreendimentos, além de sinalizarem, devem formalizar contratualmente o pedido de suprimento a essas cargas, para que se possa viabilizar o investimento necessário no sistema. Sem a assinatura de contrato, nem a EPE, nem a ANEEL, nem o ONS, nem a Ampla enxergam a formalização dessa demanda.

Bom, com relação a Macaé, nos últimos anos, nós inauguramos...

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Se o senhor puder, depois, disponibilizar isso para a Comissão. Não sei se vai ficar disponível para a Comissão aqui, Presidente. Eu precisaria dessa informação, porque é importante.

O SR. FÁBIO FONSECA - O.k.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edson Santos) - Perfeito.



O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Quanto à região sul, está uma maravilha. Agora, eu quero ir para a região norte, que me preocupa.

O SR. FÁBIO FONSECA - E a região de Macaé, como todos sabemos, é uma região que cresce muito, a taxas elevadas, acima da média nacional. Nós registramos o crescimento de 10% ao ano, fruto do crescimento da indústria do petróleo. Nos últimos 4 anos, nós inauguramos duas subestações, uma na região de Imboassica, Município de Macaé, e a outra em Nossa Senhora da Ajuda, que também fica no Município de Macaé, justamente atendendo ao crescimento industrial. Está no nosso planejamento a ampliação da subestação de Nossa Senhora da Ajuda e também a ampliação da subestação de Imboassica, que já foi construída com uma infraestrutura que prevê a instalação de um novo transformador de 33 MVAs.

Além disso, para o ano de 2014 já está no nosso planejamento orçamentário a construção de 30 quilômetros de uma linha de transmissão de 138 mil volts e uma nova subestação, que converte o nível de tensão de 138 mil volts para 34.500 volts, com uma potência instalada de 20 MVAs, num recurso total destinado de 33 milhões. E aí vai surpreender e aliviar, também, o carregamento e o crescimento, não só do Município de Macaé, mas também do Município de Quissamã, vizinho de Macaé, que também está evoluindo muito positivamente em relação aos investimentos da indústria do petróleo.

Este é o cenário que temos, rapidamente, para esclarecer, em relação à nossa infraestrutura para ambas as regiões: sul e Macaé/Quissamã.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Sr. Presidente, não é réplica nem nada, é só para fazer um comentário. É óbvio que a apresentação e as informações aqui do representante Fábio Fonseca são importantes. Acontece que temos o dia a dia, a que chamo de síndrome da segunda-feira. Nós ouvimos uma série de projeções, de prospecções. Eu tive a oportunidade, também, de participar de outra reunião, especificamente uma em Macaé, e em outras regiões também, mas não vemos, às vezes, isso na prática. Queremos isso, elencar as dificuldades, e essas dificuldades serem reduzidas de acordo com o investimento. Esperamos que o investimento venha na mesma velocidade que vem a energia, mas não necessariamente isso acontece. É uma preocupação. O Estado do Rio de Janeiro está em uma curva



exponencial. E se você não tem o mínimo, no caso a infraestrutura de energia, nós vamos sofrer um apagão não só do ponto de vista de distribuição de energia, mas econômico também. É motivo de preocupação, sim. V.Exa. sabe muito bem o que significa a indústria de petróleo para Macaé. E, se o investidor percebe, no momento em que está fazendo o investimento, alguma dificuldade, simplesmente ele não faz o investimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edson Santos) - É verdade. E ainda há a questão da percepção, não é? Aquilo que foi aqui exposto é percebido de forma contrária pela sociedade e pelos usuários, ou seja, a ponta está sofrendo, e sofrendo muito, com queda e interrupção no fornecimento de energia.

Outra coisa que o Deputado Luiz Sérgio levantou aqui, e eu queria finalizar esta audiência pública situando isso, é que, quando chove, falta luz e, quando faz calor, também falta luz. No caso do calor, é pelo uso de ventiladores, ares-condicionados, enfim, de eletrodomésticos que aumentam a demanda de energia elétrica. Isso nos remete a um problema de planejamento também, tanto em relação à empresa Ampla quanto em relação à empresa Light. Ou seja, o aumento da demanda tem que ser percebido. E o planejamento na prestação de serviço deve ser colocado de forma adequada a atender a esse aumento de demanda. Então, eu queria deixar isso aqui colocado.

Vou passar a palavra ao Sr. José Moisés. Ele quer fazer uma observação sobre a sua fala.

O SR. JOSÉ MOISÉS MACHADO DA SILVA - Obrigado, Deputado. É que eu me esqueci de responder a uma questão do Deputado Marcelo. Ele perguntou se as multas são pagas. Então, o que eu tenho a dizer é que, normalmente, as empresas pagam as multas. As estatais têm, de acordo com seus estatutos, que recorrer judicialmente, mas, fora isso, pagam. Eu não tenho o número da Light aqui, mas não é muito diferente do número da Ampla. O da Ampla eu tinha, na minha mão. Das quinze multas que a Ampla recebeu, ela pagou onze, ou está pagando, porque parcelou. Uma delas ainda está em recurso administrativo. Ela só inicia o processo de pagamento depois, no final, na esfera administrativa. Em uma, ela entrou na Justiça, mas com o valor do depósito, e, em duas, ela fez um Termo de Ajuste de Conduta, e aí o uso do dinheiro em investimento não vai para a tarifa. Então, podem



observar que as empresas pagam as multas. A Ampla paga, e a situação da Light não é muito diferente, não. Essas empresas pagam as multas, sim. E, no caso da Ampla, de quinze, apenas uma está na Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edson Santos) - Eu quero agradecer a presença de todos.

Essa questão da multa, até pelo detalhamento do Deputado Marcelo Matos, do quanto ela significa em termos de *per Estado, per Município*, ou seja, distribuindo o valor da multa por Município, é algo bastante, eu diria, insignificante. Eu acho que a ANEEL tem que buscar outros mecanismos para garantir uma qualidade adequada do serviço e do fornecimento de energia elétrica à população.

Mas eu quero, finalmente, agradecer à Ampla, à Light e à ANEEL pela sua presença aqui. Possivelmente — possivelmente não, mas certamente —, nós daremos continuidade a esse trabalho, não em nível de uma audiência pública, mas de comissão externa, já aprovada na Comissão de Minas e Energia, e nós iremos aprovar uma comissão conjunta para acompanharmos a evolução dessa questão da distribuição de energia elétrica no Estado do Rio de Janeiro.

Quero mais uma vez salientar que aqui o que se busca é a excelência do serviço que deve chegar à população, seja num bairro de classe média alta, na Zona Sul, no Rio de Janeiro, seja na Rocinha. Eu acho que o fornecimento de energia elétrica é um serviço que deve ser garantido a todo cidadão do Estado do Rio de Janeiro, e é em razão disso que estamos aqui fazendo esses questionamentos às empresas e à ANEEL. Espero que esta audiência pública contribua para que as empresas possam nortear melhor o seu trabalho e atender, em um prazo de tempo mais breve possível, a esse anseio de nós termos o fornecimento de energia elétrica estabilizado na cidade do Rio de Janeiro.

Encerro esta audiência pública, mais uma vez agradecendo a todos os presentes e pugnando pela boa relação do Legislativo, das concessionárias de serviço público e, por extensão, dos usuários da cidade, ou melhor, do Estado do Rio de Janeiro. Falo tanto “cidade do Rio de Janeiro”, porque eu fui Vereador por 18 anos. O hábito de usar o cachimbo faz a boca ficar torta.

Muito obrigado.